

OS “PROBLEMAS DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA” DE SIMMEL
UMA TEORIA DA OBJETIVIDADE NA HISTÓRIA E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS*

Simmel's "Problems in the philosophy of history"
A theory of objectivity in history and the social sciences

Raymond Boudon

*Tradutor: Rodolfo Nogueira da Cruz**

RESUMO

Na introdução ao livro de Georg Simmel (1858-1918), *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, Raymond Boudon (1934-2013) reflete sobre as noções simmilianas do método científico e apresenta os principais temas que preocuparam os estudiosos e pesquisadores das ciências humanas e sociais entre os séculos XIX e XX. O proeminente sociólogo, cuja obra é dedicada a mostrar como o comportamento consolidado na sociedade reflete a soma das escolhas feitas pelos indivíduos, nessa introdução, procura demonstrar a atualidade das suas reflexões do sociólogo alemão e traçar as linhas gerais de uma epistemologia das ciências humanas, revelando suas bases neo-kantianas e indicando as críticas ao realismo histórico. Desse modo, a introdução de Boudon ao pensamento de Simmel, agora disponibilizada, visa, em última instância, indicar tanto as possibilidades de validação científica para as humanidades, como as maneiras de identificar e superar o dogmatismo e o ceticismo promovidos por “modelos explicativos” tomados erroneamente como teorias.

Palavras-chave: Raymond Boudon; Georg Simmel; Filosofia da História.

ABSTRACT

In the introduction to the book by Georg Simmel (1858-1918), *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, Raymond Boudon (1934-2013) reflects on Simmilian notions of the scientific method and presents the main themes that concerned scholars and researchers of the human and social sciences between the 19th and 20th centuries. The prominent sociologist, whose work is dedicated to showing how consolidated behavior in society reflects the sum of the choices made by individuals, in this introduction, seeks to demonstrate the relevance of his reflections by the German sociologist and outline the general lines of an epistemology of the human sciences, revealing its neo-Kantian bases and indicating the criticisms of historical realism. Thus, Boudon's introduction to Simmel's thought, now available, aims, ultimately, to indicate both the possibilities of scientific validation for the humanities, as well as ways to identify and overcome the dogmatism and skepticism promoted by "explanatory models" mistakenly taken as theories.

Keywords: Raymond Boudon; Georg Simmel; Philosophy of History.

* BOUDON, Raymond. *Introduction. Les « Problèmes de la philosophie de l'histoire » de Simmel : Une théorie de l'objectivité en histoire et dans les sciences sociales*. In : SIMMEL, Georg. *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*. Paris : Presses Universitaires de France, 1984, p.7-52.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

NOTA À TRADUÇÃO

O fragmento traduzido nesta edição é a introdução do livro de Georg Simmel (1858-1918), *Les problèmes de la philosophie de l’histoire* [Os problemas da filosofia da história], editado pela Presses Universitaires de France, em 1984. Nessa introdução, o filósofo e sociólogo Raymond Boudon (1934-2013), responsável por traduzir o texto original para o francês, procurou abordar as ideias de Simmel a respeito da busca das causas últimas das pesquisas nas ciências humanas e sociais; da relação entre as ações individuais e os níveis mais agregados da sociedade (formas); e das maneiras de validação das ciências. Sumariando as preocupações do pensador alemão com os rumos das ciências humanas, Boudon lança luz sobre os principais temas que pautaram o campo das ciências durante os séculos XIX e XX, incluindo as teorias do desenvolvimento do Estado, as defesas de esquemas metacientíficos, o emprego de falsos modelos explicativos e os riscos do realismo histórico. Assim, a leitura que Boudon faz das proposições simmilianas e as referências às teorias do conhecimento que oferece permitem-nos compreender que os problemas apresentados aos historiadores, economistas, sociólogos e filósofos daqueles dois séculos são ainda atuais e fazem parte de debates recentes nestes campos.

Publicado pela primeira vez em 1892, sob o título *Problème der Geschichtsphilosophie*, o trabalho de George Simmel recebeu grande notoriedade e conheceu mais duas edições do próprio autor (1905 e 1907). A terceira e última, da qual se ocupa a tradução Boudon, não apresenta grandes modificações em relação à segunda, salvo correções e adições que aprofundaram suas reflexões acerca da unidade de seus princípios filosóficos. Malgrado o interesse da obra, não se encontra disponível nenhuma tradução deste trabalho para o português, de forma que a primorosa introdução de Boudon, aqui traduzida, permite-nos conhecer uma perspectiva sobre a obra, em especial as críticas simmilianas aos modelos explicativos e as suas propostas de análise sociológica que, na visão de Boudon, abrem caminho em direção ao “individualismo metodológico”. Desse modo, a leitura de Raymond Boudon, ao mapear os principais questionamentos de George Simmel, demonstra especialmente a relação entre os processos observáveis e os processos psíquicos, bem como a possibilidade de explicar os fenômenos sociais a partir dos conteúdos da consciência, isto é, os efeitos mais agregados da sociedade como resultados de motivações individuais.¹

Raymond Boudon é autor de uma vasta obra, que percorre temas como: os impactos das mudanças sociais, as formas de educação, os valores morais, entre outros temas da sociologia geral e da teoria da ação ou sociologia acionista. É reconhecido como um dos sociólogos mais importantes

¹ Agradeço aos professores e amigos Susani Silveira Lemos França e Jean Marcel Carvalho França, que me sugeriram a leitura deste texto e da obra de Boudon e fizeram apontamentos para aperfeiçoar a tradução proposta.

da segunda metade do século XX, professor emérito na *Universidade de Paris-Sorbonne*, membro da *Academia de Ciências Morais e Políticas*, *Academia Europeia*, *Academia Britânica* e de diversos outros centros científicos internacionais. Entre suas obras destacam-se: *Efeitos perversos e ordem social*; *O lugar da desordem*; e *Crer e saber: Pensar o político, o moral e o religioso*.

1. OS “PROBLEMAS DA FILOSOFIA DA HISTÓRIA” DE SIMMEL: UMA TEORIA DA OBJETIVIDADE NA HISTÓRIA E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Podemos ter duas atitudes a respeito do *Problèmes de la philosophie de l’histoire* [*Problemas da filosofia da história*] de Georg Simmel, 1) aquela do arqueólogo ou 2) a do filósofo das ciências. Se escolhermos a primeira, veremos neste livro um eco dos debates sobre objetividade na história ou sobre as diferenças entre as ciências da natureza e ciências do homem que ganharam um grande espaço nas universidades alemãs a partir do terceiro terço do século XIX, debates em que se destacam Simmel, mas também Rickert, Max Weber ou Ernst Troeltsch. Se escolhermos esta primeira atitude, tentaremos situar o *Problèmes* naquele contexto intelectual, esforçar-nos-emos em reparar e comprar as posições dos protagonistas, marcar e enumerar os pontos, mas hesitaremos em engajar-nos no debate nós mesmos. Trataremos, talvez, o debate como acabado, as questões que levantaram como resolvidas ou como ultrapassadas. Ou seja, abordaremos o livro de Simmel como o testemunho de um episódio da história das ideias.

Não é desinteressante – pelo contrário – considerar o livro de Simmel do segundo ponto de vista da história das ideias e é necessário dizer uma palavra sobre este assunto, já que este livro se apresenta como uma crítica à concepção que Ranke fazia da história.

Ranke, que é comumente considerado como o maior historiador alemão do século XIX, é autor de uma obra histórica monumental que compreende nomeadamente seus *Douze livres sur l’histoire de la Prusse* [Doze livros sobre a história da Prússia].* Foi em 1824, em seu *Zur Geschichte der germanischen und romanischen Völker* [História das nações latinas e germânicas], que ele lançou a fórmula célebre, a qual Simmel se refere aqui para criticá-la: “Atribui-se ao historiador a tarefa de *judgar* o passado, formar seus contemporâneos e, assim, servir o futuro. O presente ensaio não se imputa tarefas tão elevadas. Ele pretende somente mostrar o que realmente se passou (*wie es eigentlich gewesen ist* [como realmente foi]).” Em suma, Ranke quis distinguir claramente

* N.T.: Entre 1847 e 1848, a obra intitulava-se *Neun bücher preussischer geschichte* [Nove livros da história da Prússia]. O título mencionado por Raymond Boudon é empregado na edição definitiva da obra, realizada entre 1874 e 1878, após a guerra Franco-Prussiana. Pode-se conferir em: RANKE, L. von. *Neun Bücher Preußischer Geschichte*. Veit, 1847.; MEMOIRES DE L’ACADEMIE DES SCIENCES MORALES ET POLITIQUES DE L’INSTITUT DE FRANCE. França: n.p., 1888. p. 331.

julgamentos de fato e julgamentos de valor e, assim, afastar a teleologia da história. Na prática, dedicou-se efetivamente a um esforço metodológico de *distanciamento*. Tentou descrever *o que se passou* naquele momento da história, esquecendo o que se passou depois. Há, assim, em Ranke, uma nítida vontade de romper com a maneira com que seu colega, Hegel, pouco antes, concebera a história. Em outros termos, ele teve uma consciência precisa da distinção que Simmel faz aqui da história e da filosofia ou da “metafísica da história”. Porém, ao mesmo tempo, o realismo não exclui a interpretação, pois cabe ao historiador encontrar as *ideias* que imperavam naquela época e naquele contexto. Vemos isso claramente em sua história da Prússia: a análise é de fato guiada por uma questão principal – porque a Prússia se tornou, ao invés daquele principado do Sacro Império, uma potência comparável à França ou à Inglaterra – e por uma resposta: seus dirigentes conseguiram fazer o que a Suécia tinha tentado sem sucesso, criar uma potência protestante continental. Boa parte do escrito de Ranke organizou-se entorno desta questão e desta resposta. Portanto, a *objetividade* de Ranke, seu *realismo*, não se conduziu, na prática, em conceber a história como uma cópia da realidade.

A metodologia de Ranke foi explicitada e desenvolvida por Wilhelm Dilthey, que foi seu aluno. Enfim, o *wie es eigentlich gewesen ist* [como realmente foi] de Ranke, ao colocar o problema da natureza da objetividade na história, fizera verter muita tinta durante todo o século XIX. Claramente, o objetivo de Simmel foi encerrar uma discussão sobre a qual as melhores mentes se engajaram, de Hegel e Ranke a Max Weber.

De minha parte, é sobretudo a segunda atitude mencionada acima que adotarei aqui [filosofia das ideias]. O livro de Simmel se pretende um estudo de epistemologia: *Eine erkenntnistheoretische Studie* [Um estudo epistemológico], nos diz o subtítulo. Podemos, portanto, legitimamente, ter a seu respeito uma atitude de epistemólogo, de filósofo das ciências. Ele desenvolveu uma teoria do conhecimento histórico. Estaria correto? Estaria equivocado? Claro, para que seja pertinente considerar o livro deste ponto de vista, em vez daquele da história das ideias, é necessário que as questões que coloca e as respostas que dá possam ser consideradas interessantes para nós, mesmo há quase um século de distância.

Se eu calculo ser possível tomar esta segunda atitude, é porque estou convencido de que é realmente o caso. Não vou abordar aqui propriamente os historiadores. Mas em se tratando das ciências sociais, da sociologia, da ciência política, da demografia, da economia, parece-me que a reflexão de Simmel mantém uma grande utilidade e uma grande pertinência, e que tanto os produtores como os consumidores de ciências sociais – o que engloba muita gente – podem encontrar suas

explicações. Pois, se Simmel, à exceção de algumas passagens, trata principalmente do conhecimento histórico, suas observações se aplicam também, como buscarei mostrar, às ciências sociais.

O texto do *Problèmes* foi consideravelmente aumentado por Simmel da primeira à terceira edição, a qual serviu de base para a presente tradução. O próprio Simmel insistiu sobre a evolução de seu pensamento de uma edição a outra. A primeira edição (1892) é um caderno de notas. Na segunda (1905) as notas foram cristalizadas em uma teoria autêntica. A terceira (1907) enriqueceu a segunda com numerosas adições. O objeto da evolução do pensamento de Simmel de uma edição a outra foi abundantemente tratado ao longo de muito tempo,² abster-me-ei de abordar, se não para apontar que o livro em sua versão final testemunha as diferentes etapas desta evolução e que isto explica sua característica hora hesitante, hora contraditória.

Apesar da atualidade de seus argumentos, o texto de Simmel talvez pareça, em sua linguagem, arcaico ao leitor, não obstante os esforços feitos pelo tradutor para suavizar a expressão e modernizá-la, quando foi possível fazer sem se afastar da obrigação da fidelidade. É verdade que ele é muito marcado pelo vocabulário filosófico usado em meios neo-kantianos do fim do século passado. Além disso, Simmel não tinha – não mais que Weber, nem qualquer outro dos grandes filósofos ou sociólogos universitários alemães – o interesse em “*bien écrire*”, para empregar uma noção dificilmente exprimível em alemão ou inglês, por exemplo. Seu único interesse é em explicar-se com detalhe, da maneira mais completa possível. Daí o peso das repetições, das insistências, uma abstração que tende a ser percebida como obstáculo pelo leitor apressado, mas que não impediu o *Problèmes* de ser um sucesso, se julgarmos pelo número de edições que o livro conheceu: cinco, dois dos quais são póstumos (1922 e 1923). Este sucesso deve ser atribuído, creio, ao fato de que temos aqui uma teoria minuciosa, um conhecimento sutil sobre o domínio das ciências humanas que, em diversos pontos, esta teoria tem, sem dúvida, um valor definitivo e abre caminhos de pesquisa interessantes, que podemos não ter seguido suficientemente.

O ponto de partida de Simmel é que tudo o que possui um interesse do ponto de vista histórico é expressão ou o produto de fenômenos psíquicos. O túnel de Saint-Gothard é um objeto físico. Porém, ele é resultado de certas decisões, as quais responderiam a certas intenções. Explicar a existência do túnel de Saint-Gothard é, então, encontrar estas intenções e estas decisões, é reconstruir os *conteúdos da consciência* dos quais ele é o produto. A história, como Simmel nos diz desde as

² R. Aron, *La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'historie*, Paris, Vrin, 1964 (1ª ed. 1938). Raymond Aron jogou o *Problèmes* de Simmel um livro suficientemente importante para dedicar-lhe algumas quinquagésimas páginas em seu próprio estudo. Seguiu também Troeltsch que, em sua *Historismus* (cf. n. 16), discute minuciosamente o *Problèmes*. Como lembra J. Freund no prefácio à Simmel, *Sciologie et Epistémologie* (cf. n. 9), o *Problèmes* teriam suscitado o excelente livro de Mamelet. O livro de Simmel foi traduzido em 1977 para o inglês por Guy Oakes que o dedicou um importante prefácio, *The problems of the philosophy of history*, New York, The Free Press.

primeiras frases do livro, tem como objetivo “as representações e os sentimentos dos atores históricos”. E ele acrescenta: “os processos observáveis, que são políticos ou sociais, econômicos ou religiosos, jurídicos ou técnicos, somente nos parecem interessantes e compreensíveis, pois são os efeitos e as causas de processos psíquicos”. Todas as palavras são importantes aqui: os processos “externos” (*äussere Vorgänge*), os processos observáveis, são compreensíveis somente se observarmos o efeito dos processos psíquicos. Assim, o fato de os relatórios de produção evoluírem de certa forma – é um exemplo ao qual Simmel voltará em seu texto – é o resultado das ações dos homens e estas ações são, elas mesmas, o produto de processos psíquicos que se desenvolvem através dos atores sociais. Mas, por outro lado, estes processos psíquicos dependem das circunstâncias nas quais os atores se encontravam no passado e da situação e do ambiente nos quais eles se encontram no presente. Como estas circunstâncias, esta situação e este ambiente são, eles mesmos, dados externos que se impõem ao ator, são as causas de “movimentos psíquicos”. Simmel anuncia aqui, à sua maneira, desde as primeiras frases, o tema principal do livro, que será minuciosamente desenvolvido e examinado, nos princípios e nas consequências, até a última frase.

Nas *nossas* palavras, diremos que Simmel propõe considerar o individualismo metodológico como o princípio fundamental de explicação em história e nas ciências sociais (pois, a questão epistemológica de Simmel não se limita, como veremos, à história.)

Se lermos atentamente as primeiras frases do livro, veremos imediatamente que o “individualismo metodológico”, que é aqui defendido, não implica nenhum *atomismo*. Utilizando novamente *nossas* palavras, se os fenômenos sociais são sempre produtos das ações individuais, as ações inscrevem-se em um contexto, o qual possui uma *estrutura*: as estruturas só são compreensíveis a partir de ações e as ações são apenas compreensíveis a partir de estruturas.

Ao invés de estrutura, Simmel fala de *forma*, palavra pela qual os kantianos e os neo-kantianos sempre tiveram preferência. O exemplo da cortesia que frequentemente vem da caneta de Simmel ilustra bem essa relação circular entre ação e estrutura. Suponhamos que eu queira *explicar* o porquê reinou em determinada sociedade certo código de boas maneiras, eu não poderia fazer isso sem prestar atenção aos dados macroscópicos. Assim, as boas maneiras podem não ser as mesmas em uma sociedade rural e em uma sociedade urbana. Mas o efeito dessas diferenças macroscópicas não me aparecerá se eu não perceber por que tais regras fizeram sentido para os *indivíduos* situados naquele contexto, mas não para os indivíduos situados em outro tipo de contexto. Portanto, uma vez compreendido que tal conjunto de regras adaptaram-se bem a um dado contexto, poderei facilmente explicar por que elas tendem a reforçar-se, a estabilizar-se, constituindo uma *forma*, uma *estrutura*.

Do mesmo modo, Weber explicará, por exemplo, que o legalismo da religião romana provém de que ela é uma religião de camponeses e de proprietários de terras.

Acredito que é impossível compreender plenamente a célebre noção simmiliana de *forma* se não enxergarmos que essa parte da teoria simmiliana da explicação sobre as ciências humanas é organicamente ligada ao postulado do individualismo metodológico. Ao falhar em perceber a conexão, expomo-nos a cair em uma interpretação platônica da noção de *forma* em Simmel, interpretação que toda sua obra contradiz.

Essa relação entre as duas noções também permite entender a composição do livro. O primeiro capítulo trata do momento *microscópico* – como diríamos –, que deve comportar toda análise relevante da história, da economia, ou da sociologia a partir do momento em que ela reconhece o princípio que chamo aqui de *individualismo metodológico*: como reconstituir de maneira válida e cientificamente controlada os estados da consciência e os conteúdos da consciência por definição inobserváveis e, portanto, indispensáveis à explicação do observável?

Os capítulos 2 e 3 tratam dos momentos *macroscópicos* da análise histórica, econômica e sociológica. O segundo capítulo aborda mais particularmente uma questão que deriva logicamente do postulado do *individualismo metodológico*: a partir do momento em que as *estruturas* (emprego aqui *nossa* linguagem moderna) são produtos da ação dos homens, podemos esperar que eles obedeçam às leis, como querem muitos sociólogos ou filósofos? Existe naquele ambiente social o equivalente às leis de Kepler? Quais são as leis evolutivas, cíclicas, as regularidades estruturais que afirmamos descobrir quando analisamos as sociedades? A resposta de Simmel não possui equívocos: nada nas *leis da história* tem um objetivo análogo àquele das leis de Kepler. Há uma contradição entre o princípio do individualismo metodológico e a visão *naturalista* da mudança que abarcam, necessariamente, aqueles que creem na existência das leis da vida social.

O terceiro capítulo trata da questão da objetividade nas ciências sociais. O fato de não haver leis de Kepler no domínio da história e do social não implica que as ciências sociais não tenham acesso à objetividade. *Conceitualmente*, podemos, ao contrário, distinguir perfeitamente neste domínio uma atividade do tipo científico e uma atividade do tipo metafísico. Assim, a pesquisa das regularidades estruturais é uma atividade metafísica. Certamente, é difícil eliminar toda a metafísica da *prática* das ciências sociais e da história. Mas é importante estar ciente da distinção.

Antes de analisar a teoria de Simmel, voltemos por um instante à noção de “individualismo metodológico”: analisar um qualquer fenômeno histórico é levá-lo de volta às ações elementares das quais ele é o resultado. Consequentemente, é ser capaz de encontrar as motivações ou os estados de

consciência responsáveis por essas ações. Na linguagem moderna, qualquer fenômeno social ou histórico deve ser interpretado como um efeito de composição ou agregação produzido pela combinação de ações elementares. Esse é, pelo menos, o objetivo que o historiador ou o sociólogo devem visar a partir do momento em que procuram cumprir o mesmo ideal das ciências naturais que é, segundo Simmel, buscar as causas últimas dos fenômenos.

Claramente, a própria expressão, “individualismo metodológico”, não se encontra explicitamente em Simmel. Em geral, consideramos esta expressão como pertencente à tradição anglo-saxônica. Alguns, por acreditarem que os conceitos têm passaporte, veem-no diretamente como um “conceito anglo-saxão”. No entanto, deve-se notar antes de tudo que, se esta expressão é mais comumente usada por filósofos das ciências sociais ingleses ou americanos do que, por exemplo, franceses, ela se impôs no mundo anglo-saxão sob a influência dos anglo-saxões típicos, como Joseph Schumpeter, Friedrich von Hayek e Karl Raimund Popper. Em segundo lugar, Hayek e Popper apenas deram um rótulo oficial a uma ideia a que foram expostos na juventude, que era amplamente representada nas ciências sociais austro-germânicas no final do século XIX e à qual Simmel e Max Weber subscrevem.

Que a noção está presente em Simmel, este livro demonstra abundantemente, como toda a obra de Simmel. Economistas apontaram certa vez a influência de Carl Menger e do marginalismo austríaco nas análises de *Philosophie de l'argent (Philosophie des Geldes)* [Filosofia do dinheiro]³. E no *Problèmes*, Simmel insiste sobre o fato de que as formas tomadas pela política, pelo direito, ou pela ciência, por exemplo, são e devem ser conhecidos como os efeitos resultantes de uma multitude de ações e de estados de consciência mais ou menos anônimos, de maneira com que os preços resultem do comportamento individual de produtores e consumidores.

Quanto a Weber, as primeiras páginas do *Economie et Société (Wirtschaft und Gesellschaft)* [Economia e Sociedade], assim como seus escritos metodológicos, testemunham a importância que ele concedeu ao postulado que foi designado, então, por esta expressão⁴. E sabemos que no final de sua vida, ele declarou a R. Liefmann, um economista marginalista, que, como a economia, a sociologia deveria ser “estritamente individualista quanto ao método” (“*Soziologie auch muss in der Methode strikt individualistisch betrieben werden*”)⁵. Em suma, a ideia de que o individualismo metodológico representa um postulado fundamental das ciências sociais está muito explicitamente

³ D. Laidler ; N. Rowe. L’apport de Georg Simmel à la théorie moderne de la monnaie, *Problèmes économiques*, II mars 1981, n° 1714, 19-24.

⁴ J. Watkins, Ideal types and historical explanation, in H. Feigl et M. Brodbeck, *Readings in the philosophy of science*, New York, Appleton, 1953, o. 723-743.

⁵ Letre PA R. Liefmann (1920. Cited par J. E. T. Elridge (red.), *Max Weber: the interpretation of social reality*, Londres, M. Joseph, 1970.

marcada em Simmel, como está em Weber. O segundo sente a necessidade de mostrar sua concordância com Simmel desde a primeira página de *Economie et Société* [*Economia e Sociedade*] e, desde esta primeira página, ele menciona respeitosamente o *Probleme der Geschichts-philosophie* [*Problema da filosofia da História*]. Essa referência demonstra, em todo caso, que Weber tinha visto claramente que o livro de Simmel, sob o pretexto de tratar da filosofia da história, era na verdade um tratado fundamental de filosofia das ciências sociais.

O princípio que foi designado, então, pela expressão “individualismo metodológico”, Simmel não encontrou apenas em Carl Menger. Ele também viu que era fundamental em Marx. Voltarei mais abaixo aos desenvolvimentos cuidadosos, onde a crítica e a acusação se misturam ao elogio que Simmel dedica a Marx. Mas podemos agora notar que ele atribuíra a Marx um mérito, o de ter compreendido a importância da metodologia individualista na história.

A ideia resumida pela expressão do “individualismo metodológico” é tão fundamental quanto frequentemente é mal compreendida. Curiosamente, muitas vezes dirigimos a ela duas objeções contraditórias. Por um lado, queremos que seja tão banal que dificilmente mereça discussão; por outro lado, queremos que implique uma “redução” da história e outras ciências sociais à psicologia e que comporte um risco mortal de “psicologismo” e “atomismo”.

Acredito que Simmel responda previamente a estas duas objeções, de forma que, se tivesse sido mais lido, muitos debates poderiam ter sido evitados: se não observarmos que todo fenômeno social ou histórico tão complexo e massivo não pode ser outra coisa senão o resultado de uma combinação de ações e conseqüentemente de estados de consciência, arriscar-nos-íamos a dar uma realidade ao que só se vê da mente, a estender uma eficiência causal às “forças” que existem apenas na mente do observador. Então, onde está o risco do psicologismo? “Se a história não é um simples teatro de fantoches, só pode ser a história de processos mentais”: o verdadeiro risco, ao contrário, é fazer da história um teatro de fantoches, isto é, acreditar que existem estruturas, leis ou *programas* que regulariam as ações dos homens. E onde está o risco de atomismo? Não é necessário, de forma alguma, presumir que os indivíduos estão suspensos em algum tipo de vazio social, nem é inevitável ignorar que eles estão uns para os outros em uma relação de interação e interdependência. Pelo contrário, só se virmos que os indivíduos estão imersos em um ambiente estruturado é que podemos compreender e interpretar suas ações.

Portanto, deve-se notar que os indivíduos em questão não são necessariamente pessoas. O sociólogo ou historiador também pode atribuir individualidade no sentido metodológico (*Individualität im methodischen Sinne* [individualidade no sentido metodológico], diz Simmel), por exemplo, ao grupo familiar ou a um grupo de indivíduos colocados em situação semelhante.

Para estabelecer as ideias iniciais e facilitar a leitura do texto, podemos resumir a teoria de Simmel pelas seguintes proposições, que descreveremos em uma linguagem moderna que não a sua. Então, esforçar-nos-emos para precisar quaisquer pontos fundamentais desta teoria.

Primeira proposição: todo fenômeno histórico (ou social) é o resultado de comportamentos, de ações, de motivações e de estados de consciência individuais. Consequentemente, explicar um fenômeno social qualquer é encontrar as ações e estados de consciência das quais, em última análise, são também o produto. Neste caso, é necessário prestar atenção ao fato de que, neste caso, damos à noção de “*explicação*” um sentido idêntico àquele que, de acordo com Simmel, esta é comumente entendida nas ciências da natureza: explicação = determinação de causas *reais*. Isto não é para surpreender; Simmel adota, a propósito da noção de causa, a posição classicamente representada por Kant ou por Whewell ao invés da de Comte.

Segunda proposição: o princípio de individualismo metodológico é aplicado *em certas condições*: é a grandeza de um Marx (Simmel de fato fala, em várias ocasiões, de *Grösse* - grandeza – a respeito do materialismo histórico) tê-lo compreendido; é a razão do sucesso da economia; e, poderíamos adicionar, é também a grandeza de Weber e do próprio Simmel por compreenderem que aquilo que é verdadeiro na economia poderá ser igualmente em outras ciências sociais.

Mas esta segunda proposição comporta uma contraparte: a saber, que o princípio do individualismo metodológico *nem sempre é* aplicável. Além disso, nem sempre é relevante. Assim, um problema epistemológico importante se coloca: sobre quais condições o princípio do individualismo metodológico é pertinente e aplicável? Sobre quais condições não é?

Terceira proposição: quando este princípio não é pertinente ou não é aplicável, a explicação histórica (sociológica ou econômica) não pode, por definição, ser equiparada à busca das causas reais. É necessário, então, que ela persiga outros objetivos e que tome outras formas. Assim, uma análise de correlação estabelecendo uma ligação entre a taxa de suicídio e uma determinada variável pode ser interessante; ela é, certamente, uma “*explicação*” de um outro tipo, que consistiria em encontrar as motivações individuais responsáveis pela taxa global de suicídio. Da mesma forma, quando identificamos períodos históricos, descrevemos linhas evolutivas, discernimos as tendências no curso da história, opomos os tipos de grupos ou de agrupamentos, podemos contribuir com a busca de fenômenos históricos ou sociais mais inteligíveis. Mas, neste caso, a análise não consiste evidentemente em reduzir os fenômenos em questão aos seus casos individuais, que podem ser reais.

Simmel não diz dessa forma, mas o que ele propõe é basicamente uma forma cuidadosa de distinguir explicação e interpretação.

Em suma, se a análise histórica (sociológica, etc.) *pode* consistir em reduzir um fenômeno às suas causas reais, ela pode também tomar outras formas. A questão é, portanto, saber como determinar, em um e em outro caso, a validade da análise. Se o historiador ou o sociólogo propõe analisar um fenômeno, procurando as causas reais, eles perseguem um objetivo análogo àquele de toda ciência e a validade da análise se define pelos mesmos critérios que na biologia, por exemplo: neste caso, trata-se de chegar a uma teoria que reúna todos os dados de que dispomos. Certamente, o historiador é então confrontado com o problema da *compreensão*: as motivações, os estados de consciência são invisíveis e ele deve reconstituí-los a partir dos dados visíveis. Este problema da compreensão é fundamental, e Simmel lhe dedica a maior parte de seu primeiro capítulo. Mas o fato de que as motivações são invisíveis não faz o trabalho do historiador (do sociólogo) diferente daquele do biólogo. O primeiro pode, como o segundo, se dar o objetivo de explicar um fenômeno reduzindo-o a suas causas reais; como o segundo ele pode, então, verificar que tal teoria é, mais que outra, compatível com os dados que dispõe.

Mas o historiador também pode prestar-se a outros objetivos. Neste caso, os critérios da validade não são propriamente critérios de adequação com os dados externos, mas critérios de coerência interna.

Há dois tipos distintos de explicação na história (tanto quanto nas ciências sociais), e muitas confusões resultam de que falhamos em fazer a distinção, de que tomamos um tipo por outro, ou asseguramos a um dos tipos uma situação de monopólio. E se é interessante analisar estas confusões *filosóficas e epistemológicas*, é que elas não são sem consequência *histórica e política*. Não é por acaso que o livro de Simmel termina com uma análise das relações entre o socialismo e o materialismo histórico.

Assim, por certos tipos de fenômenos, o historiador pode objetivar pesquisar seus casos reais, determinar os estados individuais de consciência que são responsáveis por isso.

Sobre quais casos este projeto é pertinente e aplicável? Para empregar a linguagem neo-kantiana de Simmel, sobre quais casos a consciência pode obedecer a este tipo de *categoria*? A resposta de Simmel é simples: é necessário que o fenômeno que buscamos explicar traduza as reações individuais simples. Supondo, por exemplo, que uma mudança institucional surja, que os indivíduos sejam, então, confrontados a escolher entre A e B e que o interesse de todos é, evidentemente, escolher A: todos – ou quase todos – escolherão A, resultando em um efeito agregado.

O *Problèmes* é escrito com uma linguagem bastante abstrata e os exemplos são raros. Visivelmente, Simmel desejou seguir o estilo de exposição de seu mestre em filosofia, Immanuel Kant. Mas outros livros de Simmel, notadamente *Philosophie de l'argent* [Filosofia do dinheiro], abundam em exemplos onde tal mudança histórica é majoritariamente interpretada como um efeito de agregação deste tipo. Assim, quando ele descreve os efeitos de reação em cadeia que se desenvolvem a partir do momento em que os camponeses da Idade Média tiveram a possibilidade de pagar a renda fundiária em dinheiro – desde que essa mudança institucional tenha efeito, a situação do camponês é modificada –; ele *pode* cultivar o que quiser. O que vai fazer? Tentar utilizar sua terra de maneira a assegurar a subsistência de sua família, a pagar seu proprietário e, se possível, a produzir um excedente, tanto mais que as cidades cresciam e a demanda dos cidadãos por produtos agrícolas aumentava. Posteriormente, constataremos que uma mudança institucional aparentemente menor provoca, por agregação, uma mudança macroscópica de amplitude considerável: passagem de uma economia agrária de subsistência à uma economia de troca, passagem de uma forma de produção a outra. Reciprocamente, esta mudança de *forma* traduz um efeito de agregação, o qual se desenvolve porque a mudança institucional em questão modifica a situação dos indivíduos de maneira tal, criando um campo de opções de estrutura tal que suas motivações, suas escolhas e seus comportamentos podem ser facilmente reconstruídos e, em todo caso, compreendidos.

Neste exemplo, o sociólogo procede como o biólogo ou o físico: o fenômeno a explicar – neste caso, a transformação do sistema de produção – retorna a seus casos reais; a explicação é completa, e não há nada a acrescentar a partir do momento em que aceitamos considerar a mudança institucional inicial como um *dado*. Com certeza podemos compreender que os camponeses exerceram uma pressão tendo em vista obter o pagamento da renda em dinheiro: na medida em que a demanda por alimentos agrícolas das cidades estava aumentando, certos camponeses consideraram o interesse em poder utilizar a terra que estava à sua disposição como bem entendiam. Certamente, em razão da sua situação, de seus recursos, porque eles perceberam melhor a demanda dos moradores da cidade, etc., sem dúvida, perceberam mais claramente a vantagem desta mudança. Da mesma maneira, os senhores viram, embora alguns tenham visto mais claramente do que outros, os perigos que representou para eles tal mudança do modo de regamento da renda fundiária. É porque a mudança não aconteceu de uma vez e, pelo contrário, se generalizou apenas como resultado de conflitos muitas vezes intensos.

Podemos, portanto, estender o conjunto de fenômenos a explicar e, ao invés de considerar a mudança institucional em questão como um *dado*, colocá-lo ao lado dos elementos a serem explicados. Mas, quando estendemos este conjunto, outros elementos inexplicáveis – que devem ser

tratados como dados – aparecem: assim, naquele segundo cenário, colocamos a mudança institucional (a saber, a mudança daquele modo de reger a renda) ao lado de fenômenos a explicar, mas consideramos o crescimento da demanda urbana em matéria de produtos alimentares como um *dado*.

Se apresento esses detalhes, é porque eles permitem sublinhar um dos temas fundamentais sobre os quais Simmel revisita diversas vezes no *Problèmes*: os encadeamentos/conexões históricos são sem fim e sempre se pode subir um degrau na *regressio ad infinitum* [regressão ao infinito]; as ações recíprocas (*Wechselwirkungen*) cruzam-se e recruzam-se; o conjunto constitui um tecido complexo que nosso intelecto não tem a capacidade de perceber como tal na sua complexidade. A este *incognoscível*, Simmel dá um nome, ele chama de “a vida” (*das Leben*), “a vida histórica” (*das geschichtliche Leben*). Mas não há aí nenhum traço de irracionalidade. O incognoscível simmeliano não é o produto de uma experiência mística, mas o resultado de um processo analítico. O que Simmel nos diz é que o historiador (o sociólogo, o economista, etc.) pode, em certos casos, comportar-se exatamente como o biólogo ou o físico, tomar objetivos estritamente comparáveis a estas ciências da natureza e equipar-se de meios semelhantes para alcançá-los. Pode identificar com rigor certos encadeamentos; pode alcançar a mesma objetividade, a mesma certeza que os físicos. É capaz de explicar tal fenômeno de maneira perfeitamente convincente. Mas deve admitir que não poderá jamais remontar completamente as cadeias causais e que a explicação deve sempre apelar a elementos não explicados.

Resta o problema da “compreensão”. Porque as ciências da natureza e as ciências do homem diferem num ponto essencial, a saber, que estas últimas incluem necessariamente em seus sistemas explicativos elementos não observáveis, que Simmel designa com uma palavra genérica: conteúdos de consciência (*Bewusstseinsinhalte*).

Como disse, a maior parte do primeiro capítulo - e o mais longo - lida com esse problema com extremo rigor e meu propósito não é resumir os desenvolvimentos complexos de Simmel, mas apenas enfatizar alguns pontos que me parecem importantes. Deixei de lado o fato de que a extensão deste primeiro capítulo - que se dedica ao momento microscópico da análise, no momento da *compreensão* da ação - também atesta a perspectiva individualista de Simmel.

Primeiramente, pode-se notar que, em certos casos, naqueles em que o historiador, o economista e o sociólogo sentem-se particularmente confortáveis, a reconstituição dos “conteúdos da consciência” do agente social não apresenta dificuldade especial. Observamos um exemplo disso: propõe-se que o camponês medieval pague a renda em dinheiro; ele vê que isso lhe permite escolher suas safras e aumentar a sua receita. O que ele vai fazer? Não é necessário ter documentos ou testemunhos muito detalhados sobre os estados de consciência de um determinado camponês em

particular ou de tal amostra de camponeses para responder a esta pergunta. A rigor, podemos dispensar qualquer testemunho: a proposição é de tal natureza que podemos determinar - reconstruir (*nachbilden* [recriar]), diz Simmel - a resposta por *projeção* e alcançar uma representação dos "conteúdos da consciência" do camponês com a qual o historiador facilmente convencerá seu leitor.

Em suma, há casos, e são numerosos, em que a “reconstrução” dos estados de consciência dos agentes não coloca nenhum problema particular, mesmo que não tenhamos nenhum testemunho direto sobre a *vivência* (*Erlebnis* [aventura]) desses agentes. Encontramo-nos nesta situação favorável, notadamente nos casos em que lidamos com fenômenos que colocam em jogo "interesses materiais" (*matérielle Interessen*)⁶, ou seja, que faz parte de uma análise utilitarista. Isso, segundo Simmel, é o que Marx entendeu muito bem e é o que dá toda importância à teoria marxista do ponto de vista da história das ideias. Isso também é o que compreendem os economistas.

É a mesma ideia que o próprio Simmel quer incorporar em sua obra sobre a sociologia "formal": existem situações em que os interesses e preferências dos indivíduos podem ser facilmente reconstruídos e em que os efeitos da agregação produzidas por estas preferências podem, por consequência, ser analisados de maneira “formal”, como em modelos da teoria econômica. É por isso que podemos tratar, por exemplo, as seitas em geral sem nos referirmos a nenhuma seita em particular, ou de certos mecanismos de diferenciação social sem nos referirmos a nenhum exemplo concreto. Assim, a partir do momento em que os indivíduos compõem uma seita – aqueles que são a natureza e os objetivos desta seita – vão encontrar uma hostilidade por parte do meio ambiente; a seita não poderá, então, sobreviver sem que seus responsáveis sejam capazes de impedir as tentativas de fuga, de impor aos seus membros um código de lealdade, de convencê-los a só contar com a fidelidade ao grupo e que, em caso de conflito entre esta obrigação e as obrigações morais gerais a respeito dos estrangeiros, o conflito deve ser arbitrado em favor da seita. O isolamento da seita, sua hostilidade acerca do mundo exterior e a hostilidade do mundo a seu respeito, tenderá, portanto, a fortalecer-se em um processo em espiral, o qual alcançará, talvez, um equilíbrio, de modo que a seita não imploda ou se propague e não se transforme – como a Igreja, por exemplo – a favor de certas circunstâncias.

Neste tipo de análise, que simula Simmel e que visa fazer sentir a natureza, a qual chamava a “sociologia formal”, certos processos macroscópicos (tendência das seitas a “se cortar” do mundo exterior, a desenvolver um código de honra particularista hostil à moral exterior, etc.) são análises como os efeitos de agregação, como os efeitos resultantes dos comportamentos que podem ser

⁶ A expressão “*intérêts matériels*” se opõe frequentemente nos *Problèmes* aos interesses intelectuais. A expressão não deve, porém, ser interpretada em sentido muito restrito. Assim, é de “interesse material” que um chefe de uma seita evite que a seita rompa.

facilmente antecipados e em todo caso *entendidos* de acordo com a situação inicial. É que, neste caso, os “interesses materiais” dos atores são imediatamente perceptíveis. Temos aqui uma situação em que os “conteúdos de consciência” podem ser “reconstruídos” facilmente, ao ponto que é possível entregar-se a uma análise “formal”, *a priori*, na ausência desta ou daquela referência particular.

A existência de tais casos de figura legítima e torna possível a existência de uma certa forma de história – aquela que obedece aos cânones habituais da metodologia científica –, da economia, da teoria econômica e, igualmente, da sociologia “formal” que Simmel busca promover.

Mas, se existem situações nas quais o comportamento dos indivíduos pode ser antecipado ou “reconstruído”, há outras que podem dar origem a reações *igualmente inteligíveis*, mas *contraditórias*. Um homem que foi perseguido pelo infortúnio e azar pode desenvolver sentimentos de amargura e animosidade para com os outros, mas também uma atitude de generosidade. Quando um homem político ascende, seus antigos sócios-rivais podem desenvolver sentimentos de hostilidade em relação a ele, ou, pelo contrário, tirar vantagem de sua antiga camaradagem para ganhar seu favor. Os hebertistas começaram a odiar Robespierre e a lutar contra ele desde o momento em que ele detinha o poder supremo: isso não é ininteligível. Mas eles poderiam muito bem ter procurado fazer uma aliança com ele. Essa reação teria sido tão inteligível quanto aquela e não incomodaria mais o historiador do que a primeira. Consideremos outro dos exemplos oferecidos por Simmel (um exemplo onde o átomo de análise é representado por uma individualidade não física): em um sistema parlamentar bipartidário onde as eleições são frequentes, cada partido tem um interesse evidente para evitar abusar de seu poder: é uma boa forma de dissuadir o outro partido a abusar de seus quando a alternância tiver tomado lugar. A teoria política “formal” tem, portanto, razão quando nos diz que um sistema parlamentar com dois partidos tem chances de caracterizar-se pela moderação no exercício do poder. Mas a observação nos mostra também que os partidos majoritários podem abusar do seu poder, mesmo no caso em que a alternância é de direito e de facto: caso a História não se repita rápido o suficiente, por que não se servir imediatamente? Esse comportamento, que é contraditório com o primeiro, não é menos inteligível do que ele. Podemos ficar irritados pelo fato de o partido no poder servir-se com voracidade, podemos achar esse comportamento condenável ou absurdo do ponto de vista dos interesses do próprio partido. Não o consideraremos *ininteligível*, pois esse comportamento pode ser fundado em *bons motivos*.

Como o partido no poder também teria boas razões – as quais são dadas pela teoria política – para adotar o comportamento oposto, estamos, aqui, em uma situação que podemos qualificar de *ambígua* (o exemplo que acabo de descrever é retirado diretamente do livro de Simmel, mas esta palavra é minha). Esse tipo de situação nos chama a atenção para alguns pontos essenciais.

Em primeiro lugar, que as ciências humanas algumas vezes são capazes de compreender e prever e outras vezes de compreender, mas não de prever. A capacidade de análise científica e a capacidade de previsão são, portanto, duas noções que devem ser absolutamente dissociadas: o historiador pode ser tão rigoroso e objetivo quanto o físico; ele pode estar na posse de todos os elementos de informação disponíveis ou mesmo concebíveis e não será capaz de prever o que se passará quando aqueles atores forem colocados em uma situação *ambígua*. De outra forma, dependendo do caso, o comportamento dos atores pode ser: 1) “reconstruído” e antecipado; 2) “reconstruído”, mas não antecipado. Além disso, a facilidade de “reconstrução” é em si é variável. E essa reconstrução é comandada em todos os casos pelo problema que nos propomos a resolver. Ela não pode, em outras palavras, ser tomada como uma descrição realista da psicologia do ator. Pelo contrário, ela demonstra, como diz Simmel, uma “psicologia abstrata” ou uma “psicologia de convenção”.

Em segundo lugar, se certos modelos formais, como aqueles que os teóricos políticos desenvolveram e cujo exemplo foi dado acima, são de grande interesse, deve-se evitar fazê-los de instrumentos de predição ou de previsão, ou mesmo acreditar que eles representam de maneira simplificada, mas fiéis, a realidade do passado. Esses modelos não são simplificações no sentido de que o círculo representa uma simplificação e idealização dos objetos redondos encontrados na natureza. O que isso mostra é que a teoria política formal pode desenvolver modelos contraditórios igualmente suscetíveis de se aplicar à realidade e, portanto, igualmente interessantes. Há, então – mas o caso é raro –, modelos que não se podem opor a modelos contraditórios suscetíveis de aplicação e modelos que se podem opor a modelos contraditórios, sem que isso fira o seu interesse.

Esse corolário da teoria de Simmel é absolutamente fundamental e de importância não somente intelectual ou filosófica, mas também prática e histórica. Quantos erros não advêm do fato de este ou aquele modelo ser interpretado de maneira *realista*, como reprodutor das leis às quais estariam sujeitas a realidade social ou econômica? Simmel apresenta o *Problèmes* como uma crítica ao realismo na história e faz dessa crítica o tema principal do livro, como indica o prefácio da terceira edição. No entanto, as últimas páginas do livro trazem suas inquietudes profundas com a interpretação que quer ver no materialismo histórico não um modelo ou um paradigma, mas uma teoria do mesmo tipo que a mecânica newtoniana, isto é, uma teoria que nos permitiria detectar os movimentos da história.

Neste capítulo da compreensão, devemos, ainda, apontar as páginas importantes onde Simmel discute a noção de *inconsciente*.

A noção de *inconsciente* deriva de quando, ao nos embarçarmos para decifrar o comportamento dos outros, ou mesmo nosso próprio comportamento, tentamos colocar um rótulo em nossa ignorância. Por um processo de substantificação, que Simmel ilustra a propósito de outros exemplos no terceiro capítulo do *Problèmes* (cf. a análise da noção de *Bem*, de *Importância*), damos a um *adjetivo* que caracteriza - de modo negativo - uma relação entre o observador e o observado o valor de um *substantivo*. Por quê? Porque temos, então, a impressão de passar da ignorância ao conhecimento, ou mesmo à profundidade: por que ele agiu assim? Porque obedeceu a impulsos inconscientes. Tradução: Não sei por que ele se comportou assim. Em suma, Simmel parte do postulado de que um comportamento não pode ser explicado se não houver boas razões, entendendo que razões contraditórias podem igualmente ser boas. Nesse sentido, ele defende, como Weber, uma teoria "racional" da ação. Mais propriamente, insiste, como Weber, sobre a utilidade nas ciências sociais e históricas de uma axiomática que represente a ação como "racional".

Naturalmente, isso não implica de forma alguma que o ator não possa agir sob o império do hábito. Além disso, deve-se observar - este é um tema sobre o qual Simmel insiste abundantemente - que os atores produzem constantemente efeitos de composição que, não estando inscritos em suas intenções, pode-se dizer que são *inconscientes*.

Assim, todo comportamento tem em princípio suas razões ou seus bons motivos e a tarefa da história e das ciências humanas é encontrá-los – a partir do momento, pelo menos, em que estão em condições de se lançar o objetivo de buscar as causas "reais" de tal fenômeno. Dito isso, deve-se ver que essa tarefa é desigualmente fácil. É fácil quando os "interesses materiais" estão em jogo. Neste caso, não importa se o historiador (o sociólogo etc.) lida com indivíduos distantes dele temporalmente, culturalmente ou com indivíduos próximos. Ele compreenderá, assim, tão facilmente o comportamento dos segundos quanto dos primeiros. É o que Simmel quer dizer quando fala sobre da universalidade dos "interesses materiais".

Mas, é claro, há outros casos em que a interpretação do comportamento do ator social pode ser questionável. Por *projeção*, o observador irá elaborar, por exemplo, as interpretações A e B sem poder escolher entre elas. Para decidir entre as duas, ele buscará informações suplementares; irá em busca de novos fatos, com os quais confrontará A e B, até o momento em que se sentirá capaz de preferir a interpretação A à interpretação B, ou vice-versa.

Como o leitor poderá notar, os exemplos evocados por Simmel, na parte do texto que concerne ao problema da compreensão, pertencem principalmente ao campo da biografia histórica. Isso resulta não apenas do fato de Simmel ter um interesse pessoal pela biografia, mas de que o problema da *compreensão* aparece com mais complexidade neste caso do que no da teoria econômica ou da

"sociologia formal", por exemplo. Além disso, o caso da *autobiografia* foi evidentemente de importância para a demonstração que Simmel quis conduzir no *Problèmes*: mostra de fato que, mesmo no caso em que sujeito e objeto coincidem, a história, longe de ser uma cópia, é uma *reconstrução*. Mas os exemplos levantados no livro, algumas vezes no primeiro capítulo, e que são levados ao materialismo histórico, à história romana de Mommsen, à teoria política, à teoria econômica etc., mostrariam bem, se forem necessários, que Simmel buscou ali compor um estudo de epistemologia *geral* das ciências humanas. O problema da compreensão é um problema geral que se coloca não apenas para o biógrafo, mas para o economista ou sociólogo.

Até agora, busquei desenvolver o que chamei anteriormente de *primeira proposição* da teoria de Simmel: a história - e as ciências humanas - pode se dar um objetivo semelhante àquele das ciências da natureza: determinar as causas reais de um tal fenômeno e seguir uma metodologia idêntica. Nesse caso, devem curvar-se ao postulado do individualismo metodológico, uma vez que todo fenômeno social é resultado de comportamentos individuais. Ainda que o problema da *compreensão* evidentemente não tenha equivalente nas ciências da natureza, ele de forma alguma afeta a lógica da pesquisa e da análise. Mas se o historiador (o sociólogo etc.) pode, para usar a linguagem de Simmel, analisar fenômenos históricos e sociais "sob a categoria da causalidade", ele também pode e às vezes deve analisá-los "sob outras categorias".

De fato, deve-se notar que, se a busca das causas é sempre, segundo Simmel que segue aqui fielmente Kant, o objetivo do conhecimento de tipo científico, pode ser provisoriamente esquecida nas próprias ciências naturais e, nas fases intermediárias, ceder caminho para outros tipos de objetivos. Simmel aborda longamente este ponto no caso das leis de Kepler: elas são na verdade propostas puramente descritivas que nos dizem *como* certos corpos celestes se movem, mas não *porque* eles se movem dessa maneira. Com as leis de Newton ocorre o contrário, de acordo com Simmel, com as forças (*Kräfte*) ocultas responsáveis pelas aparências ou, para usar a linguagem kantiana de que Simmel gosta, fenômenos. As leis de Kepler, por sua vez, limitam-se a observar certas regularidades (*Regelmässigkeiten*) que permanecem obscuras para o espírito, que se apresentam como simples fatos que podem ser registrados, mas cujas razões de ser não são percebidas. Assim, se a busca das causas é sempre o objetivo definitivo perseguido por qualquer atividade de pesquisa científica, ela pode provisoriamente se concentrar em outros objetivos. Isso não é ilegítimo, mas é importante perceber certas distinções e, em particular, ver que a palavra *lei* pode ter diferentes significados, conforme se sintetizam as regularidades que aparecem em um nível mais agregado ou se descreve, pelo contrário, mecanismos elementares.

Sempre preocupado com a precisão e as nuances, Simmel observa em um parêntese que a distinção entre o que eu mesmo chamo de *lei descritiva e enunciado causal* parece ainda mais clara nas ciências humanas do que na física. Isso resulta do fato de que a unidade última de toda análise - o indivíduo - é definida de forma muito mais inequívoca no primeiro caso.

Para ilustrar a ideia de Simmel neste ponto, podemos tomar o exemplo das *leis* de difusão social. Observamos que, em casos bastante frequentes, rumores ou inovações se espalharam no tempo de acordo com o que os estatísticos chamam de *lei* da logística. Esta lei da logística tem a forma de uma curva em S e corresponde a uma fórmula matemática bem conhecida. Estamos aqui em um caso equivalente ao das leis de Kepler: é importante saber que alguns processos de difusão assumem a forma de curva logística. Mas esse conhecimento pertence estritamente à ordem do *descritivo*. A curva em si não nos informa com certeza a razão de sua existência. E é claro que não podemos admitir a existência de uma vontade ou de uma força cujo efeito seria dar uma forma lógica a certos processos de difusão. Na verdade, essa estrutura logística resulta da agregação de um conjunto de comportamentos, é um efeito composto, e é apenas no nível individual que podemos falar de causas reais. No caso que nos interessa, essas causas são bem conhecidas: em uma situação de incerteza (quando todos se perguntam se esse ou aquele rumor é verdadeiro ou se é aquela inovação válida), cada um tem a tendência de concordar com os outros para reduzir a incerteza. Porém, a partir do momento em que todos façam o mesmo, podemos demonstrar que o processo terá uma estrutura logística. Nesse caso, determinamos as causas microscópicas responsáveis pelo efeito macroscópico. Passamos do nível *descritivo* para o nível *explicativo* (não são essas as *palavras* que Simmel emprega, mas sua ideia é esta). Passamos de uma “lei” no sentido de que falamos de “leis de Kepler” para uma “lei” no sentido em que, de acordo com Simmel, falamos de “leis de Newton”.

Acontece, portanto, que devemos, provisoriamente, contentar-nos em constatar a existência de regularidades empíricas. Em certos casos - como no dos processos logísticos -, podemos ir além desta etapa e explicar por que aquela “lei” (no sentido das “leis de Kepler”) surge, ou seja, determinar as causas microscópicas responsáveis pelo efeito macroscópico. Em outros casos, a análise parece estar presa no nível que chamo de *descritivo*. E a razão para este estado de coisas é claramente indicada por Simmel, se lembrarmos dos desenvolvimentos precedentes: ao tratarmos de situações em que os indivíduos tendem a se comportar da mesma maneira - como quando todos se deparam com uma inovação cujas vantagens e os inconvenientes não são bem medidos - é relativamente fácil passar do nível das “leis de Kepler” para o das “leis de Newton”, do nível *descritivo* para o nível *explicativo*. O mesmo acontece quando se pode identificar *grupos* de indivíduos e que podemos razoavelmente supor que, dentro de cada grupo, os indivíduos tendem a se comportar da mesma

maneira. Tanto em um caso como em outro, podemos vincular de maneira rigorosa o nível individual ou microscópico e o nível macroscópico. Para falar como Simmel, relacionar os dois níveis será possível quando entrarem em jogo os interesses “universais”, comportamentos que obedecem a motivações simples. Ainda assim, é bem possível que, mesmo quando entram em jogo os interesses “universais”, a passagem do nível descritivo para o explicativo não seja imediata. É por isso que levou algum tempo para *explicar* a lei de Zipf ou a lei de logística.

Por outro lado, há casos em que a passagem aparece como muito mais difícil: certos comportamentos, o suicídio por exemplo, certamente dependem do contexto e da situação do indivíduo. Mas a relação comportamento/contexto é aqui muito mais complicada do que no caso, por exemplo, do camponês que busca forjar uma opinião sobre o modo de regramento da renda fundiária. Em razão da complexidade das motivações envolvidas em um caso como este, há todas as chances de que as regularidades que observamos no nível macroscópico mantenham para sempre um caráter descritivo e que seja impossível explicá-las, ou seja, determinar as causas reais.

A discussão de Simmel sobre a interpretação das estatísticas de suicídio é dirigida principalmente aos estatísticos morais, dado que as páginas que tratam desse assunto datam da primeira edição (1892), mas talvez também a Durkheim, uma vez que quase não foram modificadas nas edições seguintes. O que Simmel nos diz é que os métodos de análise utilizados pelos estatísticos morais conduzem à constatação de regularidades estatísticas, mas não permitem ir além na explicação dessas regularidades, não mais do que as leis de Kepler permitem explicar suas razões de ser. A crítica de Simmel não é de forma alguma negativa. Em se tratando da análise estatística do suicídio, estamos [diante de] um caso em que a explicação causal é difícil de fazer: não é fácil reduzir as regularidades estatísticas às suas causas individuais. As análises das estatísticas morais são com certeza perfeitamente justificadas. Mas é importante ver que elas estão localizadas no nível descritivo e não no nível explicativo.

Pode-se ilustrar facilmente o que Simmel quer dizer: assim, o fato de os protestantes se suicidarem mais do que os católicos é um fato descritivo interessante. Mas não podemos explicar essa correlação a partir de suas causas individuais tão facilmente quanto explicamos, por exemplo, a estrutura logística de uma curva de difusão. Basicamente, o que Simmel nos diz aqui é que podemos *compreender* os casos individuais de suicídio e que podemos, *por outro lado*, envolver-nos legitimamente em análises estatísticas de suicídio, mas que a relação entre os dois níveis é muito difícil, enquanto em outros casos, pode-se mais facilmente vincular os efeitos macroscópicos às suas causas microscópicas. Simmel oferece, no entanto, alguns exemplos de hipóteses que permitem

explicar certos dados macroscópicos, usando hipóteses microscópicas que satisfazem o critério de compreensão.

Permitam-me relembrar - por meio de parênteses - uma demonstração que eu havia esboçado na minha *Analyse mathématique des faits sociaux* [*Análise matemática dos fatos sociais*], ou seja, que Durkheim desenvolvera em *Suicide* [*Suicídio*] métodos relativamente complexos de análise estatística para tentar estabelecer um ponto entre o nível microscópico (comportamentos) e o nível macroscópico (correlações estatísticas). Se essa interpretação for correta, Durkheim certamente percebeu os princípios que Simmel enuncia. Mas esses princípios também se encontravam em contradição com seu profundo apego a certas ideias de Comte e, em particular, a seu *holismo* metodológico. Daí essa contradição constante em Durkheim entre seus princípios e suas práticas: ele explica o efeito da guerra ou das crises econômicas nas taxas de suicídio, reconstruindo - para falar como Simmel - o conteúdo da consciência dos suicidas, mas, além disso, proclama abertamente que é inútil interrogar-se sobre as motivações dos suicidas.

Este exemplo de suicídio permite introduzir um dos temas essenciais da teoria de Simmel, o de que certos fenômenos se manifestam com mais resistência que outros no modo de análise típico dos sentidos da natureza e que, direta ou indiretamente, segue, segundo Simmel, um objetivo primordial: o da busca das causas reais dos fenômenos. Essa resistência é, às vezes, temporária, mas em outros casos parece mais séria. O conhecimento deve – e pode -, então, dar-se outros programas, perseguir outros objetivos ou, para usar o vocabulário de Simmel, colocar-se em outras "categorias". Mas deve estar ciente do que está fazendo e da natureza do objetivo que está perseguindo.

Essas observações podem parecer abstratas. Mas acredito, se me permite introduzir um parêntese, que elas se aplicam diretamente às ciências sociais contemporâneas. Considerarei o caso de teorias e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico.⁷ Como os estatísticos morais fizeram sobre o suicídio ou o crime, muitas pesquisas nessa área foram voltadas para destacar evidências de regularidades empíricas; alguns buscam determinar as etapas necessárias para o desenvolvimento, outros a identificar as condições ou pré-condições do desenvolvimento. Sabendo ou não disso, os pesquisadores colocaram-se, assim, sob uma "categoria" particular, ou seja, adotaram uma concepção particular de conhecimento e explicação. Essa concepção pode ser qualificada como *nomológica*. Em 1950, um epistemólogo, Carl Hempel, teorizou sobre isso.⁸ *Explicar* um fenômeno, explicou, é subordiná-lo a uma *lei*. Começamos, então, a procurar as leis do desenvolvimento (e todos

⁷ R. Boudon. *La place du désordre*. Paris: Puf, coll. Sociologies, 1984.

⁸ C. Hempel, *Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science*. New York: Free Press / London: Collier; Macmillan, 1965.

os tipos de outros fenômenos). Assim, acreditamos ser possível argumentar que o desenvolvimento pressupunha necessariamente a existência de uma indústria piloto produtiva e dinâmica. É verdade que frequentemente, na Inglaterra, na Prússia, na Dinamarca, na Suécia, por exemplo, e em outros países, esse tinha sido o caso. Da mesma forma, recentemente muitos acreditam que um fator importante, a *dependência* dos países em vias de desenvolvimento em comparação com os países desenvolvidos, é responsável pelo “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.⁹

Vemos claramente a reação que Simmel teria tido em relação a este programa, se o tivesse conhecido: a mesma reação que [teve] em relação às estatísticas morais. Ele teria sublinhado que a concepção nomológica da explicação não é apenas uma concepção entre outras e que não permite atingir as causas reais: as regularidades empíricas que se observam no nível agregado são sempre o produto da combinação de ações individuais [e] podem ser afetadas pelas diferenças que distinguem um contexto de outro, mesmo nos casos em que essas diferenças sejam mínimas. No entanto, para voltar ao caso do desenvolvimento, sabemos hoje que a dependência referente às nações desenvolvidas do *centro* pode ser tanto uma condição *favorável* quanto *desfavorável* ao desenvolvimento, ou que o desenvolvimento ocorre *frequentemente* em torno de uma indústria piloto, mas também *muitas vezes* na ausência de uma indústria deste tipo. Sobre um campo como este a concepção *nomológica* pode ter um interesse heurístico. Mas é importante perceber que as regularidades empíricas que podemos ocasionalmente colocar em evidência são efeitos mais agregados e, por consequência, muito sensíveis às variações do contexto. O erro a não se cometer quando se “estabelece” uma regularidade desse tipo consiste, por um lado, em não ver que ela corre o risco de desaparecer ou ser transformada em outro contexto; por outro lado e sobretudo, em interpretar a regularidade em questão como uma lei de natureza social, como regra da qual a realidade estaria a serviço. Como diz Simmel muito expressamente, o inverso que é verdadeiro: as regularidades empíricas que observamos no nível macroscópico são *efeitos*; elas não são de forma alguma a expressão de regras ou leis que têm a capacidade de influenciar ou estruturar a realidade.

Se me permiti esta digressão, foi com a finalidade de mostrar as consequências práticas, observar políticas muito profundas da análise epistemológica abstrata de Simmel: as regularidades sociais macroscópicas não são produtos de leis; elas são o produto das ações dos homens. Nenhuma lei quer, por exemplo, que a “dependência” reforce o subdesenvolvimento, embora os dois fenômenos possam estar ligados em alguns casos. Apesar disso, a interpretação mais corrente hoje em dia é justamente a interpretação naturalista que Simmel denuncia: o subdesenvolvimento de certos

⁹ Segundo a expressão de G. Franck. in G. Franck, *Le développement du sous-développement*. Paris, Maspero, 1972; e *Dependet accumulation and under development*. New York: Monthly Review Press, 1979.

países persiste porque eles estão em situação de dependência e [porque] há uma lei inexorável segundo a qual os países ricos só podem enriquecer à custa dos países pobres.

Em outro lugar, Simmel escreve: "A mania de querer absolutamente buscar as leis da vida social é um retorno ao credo dos antigos metafísicos, segundo o qual não pode haver conhecimento senão do universal e do necessário".¹⁰ Esta frase torna-se absolutamente clara à luz das análises do *Problèmes* que venho comentando: suponhamos que eu observe um desenvolvimento muito espetacular em certo país. Explicar este fenômeno de acordo com as "categorias" do conhecimento científico, tal como definiu Simmel, é mostrar como estes ou aqueles grupos de atores foram levados a se comportar desta ou daquela maneira, e como na maioria das vezes, sem querer diretamente, produziram, então, uma transformação profunda no sistema econômico. Como procurei mostrar em *La place du désordre* [O lugar da desordem], muitos estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico, sem dúvida os mais interessantes, deparam-se com tal problemática. Mas podemos também abordar o mesmo fenômeno sob outra "categoria", implementando na obra uma concepção inteiramente diferente da explicação, a concepção *nomológica*. Neste caso, tentaremos mostrar que o país em questão conheceu um desenvolvimento espetacular, porque respondeu a certas condições, nomeadamente A, e que, quando essas condições são satisfeitas, o desenvolvimento deve aparecer. Sugerimos, então, que em "muitos outros casos" a presença de A efetivamente causou o desenvolvimento.

Neste segundo tipo de explicação não há nada ilegítimo. Pode-se ter, diz Simmel, um valor heurístico. Mas não devemos esperar muito disso. Deve-se observar também que as regularidades empíricas macroscópicas são frágeis e que não têm força de lei. Sobretudo, procurando estabelecer regularidades universais, corremos o risco de entender errado a natureza do conhecimento, pois é puramente metafísico acreditar que o conhecimento consista em estabelecer proposições de validade universal. Sobre o exemplo de que nos ocupamos, o observador ao tocar o solo, tem a impressão de ter concluído a sua análise, não quando conseguiu submeter o caso de tal país a uma "lei" ainda frágil, mas quando conseguiu mostrar que, no país em questão, as condições A fizeram tais e tais categorias de atores a adotarem tais e tais comportamentos, cuja composição ou combinação produziu uma transformação do sistema econômico. O exemplo da socioeconomia do desenvolvimento permite compreender a ideia fundamental de Simmel, segundo a qual a explicação científica não é necessariamente pela natureza *nomológica*. Pelo contrário, esta concepção muitas vezes é apenas um mal menor.

¹⁰ G. Simmel. *Sociologie et Epistémologie*. In : “La différenciation sociale”. Paris: PUF, coll. “Sociologies”, 1981. p. 207-222.

Novamente, esta análise parece-me de importância crucial em uma época em que descobrimos, com o mesmo fervor, o mesmo entusiasmo e a mesma fé dos "filósofos da história" do século XIX, as *leis* da vida social: a dependência é a causa do subdesenvolvimento; as formas de organização familiar determinam os regimes políticos; a família é condenada pela evolução social a assumir uma forma nuclear, etc.

Compreendemos, agora, por que este livro, que é na verdade um estudo epistemológico geral, é chamado de *Les problèmes de la philosophie de l'histoire* [Os problemas da filosofia da história]. O que chamamos - desde Voltaire - de "filosofia da história", é, à primeira vista, a disciplina curiosa que seria encarregada de estabelecer as leis da história. Disciplina curiosa, pois, como nota Simmel no início do segundo capítulo, resulta de uma estranha divisão de trabalho: enquanto o historiador escreve a história, o filósofo da história seria responsável por pesquisar suas leis. O que pensaremos de um sistema onde os físicos se esforçariam para coletar dados físicos, enquanto os filósofos da física estabeleceriam as leis da física? Para Simmel, esta estranha divisão do trabalho que reina no campo da história é um sintoma que deve alertar a atenção do teórico do conhecimento: este sintoma revela que nossa curiosidade histórica não pode ser inteiramente satisfeita pela história científica, aquela que segue a definição da explicação dada pelas ciências da natureza, pois a filosofia da história não é propriamente científica. A divisão do trabalho que é estabelecida entre historiadores e filósofos da história testemunha, além disso, o consenso mais ou menos latente que reina sobre a própria distinção. Mas a filosofia da história não é mais que pura fantasmagoria: é uma resposta a uma curiosidade que não pode satisfazer-se de outra maneira. Importa somente de não confundir os modos, de não cair na armadilha do realismo e de não tomar por uma teoria científica uma teoria que não é: é a tarefa da teoria do conhecimento nos advertir.

O desenvolvimento e institucionalização das ciências humanas e sociais, desde o período entre guerras, e especialmente desde o final da Segunda Guerra Mundial, fez com que a noção de filosofia da história seja percebida hoje como arcaica. Quando teóricos da dependência, por exemplo, nos propõem seus exercícios, apresentam-nos, sem discussão, como científicos. Isso vem, em parte, de que todos eles pertencem a instituições “científicas” e que apresentam como "científicas" os produtos que confeccionam. Enquanto os filósofos da história do século XIX admitem com sinceridade que se distinguem dos historiadores, tal ingenuidade não é mais apropriada hoje em dia: todo mundo se quer "científico", e ninguém admitiria sem corar que estaria se entregando à filosofia da história.

Mas, se a noção se tornou incontestavelmente arcaica, a questão está tão viva como nunca. Schumpeter¹¹ já disse, sobre o seu próprio tempo, que a sociologia histórica não se distinguia da filosofia da história. O mesmo se vê hoje: o que chamamos de sociologia, história ou economia pertence, na verdade, à “filosofia da história”. Isso torna ainda mais atual a análise de Simmel, pois não somente a filosofia da história está tão em voga como nunca – e será sempre assim, segundo Simmel, já que o paradigma do conhecimento científico não pode cobrir todo o tecido histórico e social –, mas o risco de confusão de gêneros é tão grande que os produtos mais diversos são hoje indiscriminadamente cobertos pelo grande manto da Ciência. Eu acrescentaria de passagem que esta confusão é ainda reforçada pela influência da epistemologia cética que reina atualmente sobre os numerosos círculos (e que se resume no célebre *anything goes* – tudo é válido – de Feyerabend).

Assim, existe, de acordo com Simmel, todo tipo de esquemas explicativos, que não são teorias no sentido científico do termo e que contribuem, contudo, com a inteligibilidade dos eventos, dos fatos, dos fenômenos e dos processos históricos e sociais. A própria existência da filosofia da história testemunha, como um vazio, a impossibilidade de cobrir a totalidade dos fenômenos históricos e sociais por uma metodologia de um tipo específico. Mas, acrescenta Simmel, é necessário observar que fora das grandes teorias que fortalecem visivelmente e explicitamente a filosofia da história, a história corrente e as ciências sociais correntes colocam em jogo os esquemas explicativos que podem chamar-se metacientíficos ou metafísicos, na medida em que não obedecem ao princípio científico da busca pelas causas últimas. Para Simmel, a interpretação metafísica e a explicação científica são *conceitualmente* modos de análise perfeitamente distintos, mas na prática eles se misturam.

Consideremos alguns exemplos, devidos ao próprio Simmel, destes esquemas explicativos metacientíficos: as minorias são mais propensas à criminalidade; a história se move na direção de uma individualização crescente; a paz social é melhor preservada quando a estratificação é mais marcada; estruturas familiares e estruturas políticas se correspondem; declínio político e declínio cultural andam em pares. As proposições deste gênero não podem, para Simmel, serem ditas científicas por duas razões. A primeira é que elas não são apresentadas como resultado de comportamentos individuais inteligíveis e não podem ser: uma noção como aquela de *minoria* corresponde de fato a situações tão diferentes que a ideia do indivíduo em situação de minoria – no singular – não corresponde a nenhum conteúdo preciso. Há aqui, portanto, impossibilidade de passagem ao nível individual. Esta impossibilidade é ainda mais nítida na proposição relativa à congruência das estruturas políticas e das estruturas familiares. A segunda razão reside no fato de que estas preposições – que se mostram como leis – não são, ou em todo caso não são leis no sentido

¹¹ J. Schumpeter. *History of economic analysis*. Londres: Oxford University Press, 1954, 1972.

científico do termo, pois elas não possuem nenhum caráter de universalidade. Lembremo-nos, a esse respeito, o caso das “leis” do desenvolvimento socioeconômico que mencionamos acima: elas ilustram perfeitamente a análise de Simmel. É verdade, por exemplo, que *muito frequentemente* o desenvolvimento parece ter surgido em torno de uma indústria piloto (Prússia, Dinamarca, Suécia etc.), mas também que *muito frequentemente* este não é o caso. Que *em muitos casos* o desenvolvimento ocorreu graças à contribuição de capital estrangeiro e que, *em muitos outros casos*, aconteceu sem essa contribuição etc. Aqui temos leis de um tipo muito singular, pois cada uma é tão válida quanto a “lei” contraditória.

Porém, diz Simmel, se certas leis não são leis no sentido científico, deve-se observar que nem sempre são puras quimeras. Ao contrário, elas muitas vezes permitem organizar a complexidade do real ou chamar atenção sobre certos fatores. Tem, ao mesmo tempo, um valor heurístico e um valor como instrumentos de inteligibilidade. As noções como aquelas de *minorias*, de *individualização*, de *estratificação* não são dados eternos. Contribuem para orientar o olhar que lançamos sobre os fenômenos históricos e sociais. Ora, elas desenvolveram-se e impuseram porque pareciam descrever fenômenos importantes, ou seja, fenômenos ligados a uma multiplicidade de outros dados pertencentes às mais diversas ordens do social. Uma “lei”, tal como “a individualização está destinada a crescer”, é, muitas vezes, *incerta* – não será difícil opor-lhe a exemplos contrários – *imprecisa* – que significam a noção de “individualização”? – e ainda assim *útil*. Útil no sentido em que ela pode chamar nossa atenção sobre toda a sorte de fenômenos (utilidade heurística). E útil, também, no sentido de que nos permite organizar uma massa heterogênea de impressões e de dados.

Da mesma forma – para tomar um exemplo que não está, evidentemente, em Simmel – a “lei” segundo a qual a fragmentação dos mercados interditava o desenvolvimento econômico é com certeza falsa: suas pretensões à universalidade não são justificadas. Mas ela interessa por chamar atenção sobre um fator importante. Efetivamente, a história das pesquisas em matérias de desenvolvimento demonstra que bons estudos geralmente nascem de estudos de casos “divergentes” pela observação a tais leis: analisando o porquê, em tal contexto, de a fragmentação do mercado não ter impedido o desenvolvimento, certos estudos fazem progredir consideravelmente nossa compreensão dos fenômenos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Melhor dito, esta observação é verdadeira não somente nesta “lei” particular, mas do conjunto de “leis” que pertencem ao mesmo tipo de lógica.

Podemos certamente fazer comentários análogos a propósito das tipologias conceituais das ciências sociais, como a oposição *Gemeinschaft/Gesellschaft* [Empresa/Comunidade] que conheceu uma fortuna considerável, como a oposição durkaimiana entre sociedade para solidariedade mecânica e sociedades para solidariedade orgânica, ou como a oposição Centro/Periferia: tratamos aqui, como

no caso das “leis” da história”, de instrumentos que têm uma função de inteligibilidade e uma função heurística. Mas, mesmo que seja perigoso e inoportuno adotar uma interpretação *realista* das “leis” da história, o mesmo deve ser levado em conta contra uma interpretação realística de suas distinções.

O fato de que, em um e em outro caso, a interpretação realista é frequentemente representada hoje em dia como uma das razões pelas quais o livro de Simmel – que é o primeiro a ter identificado com clareza esta armadilha do realismo – mereça ser trazido ao conhecimento do público que se interessa pelas ciências históricas e sociais. Pois, pela persistência da atitude realista hoje, não pode haver dúvida: os teóricos da dependência acreditam firmemente que a dependência é *a causa* do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”; os culturalistas acreditam que existe *realmente* sociedades que são de *Gemeinschaften* [Comunidades]. Alguns pensam que a distinção Centro/Periferia possui uma significação tão imediata quando a aplicamos ao “sistema mundial” que quando a aplicamos à rede de metrô. Outros asseguram que certas “leis” levam a história para esta ou aquela direção. No tempo de Simmel, para retomar um exemplo que ele mesmo utiliza, alguns queriam, do mesmo modo, que o aumento da dimensão dos mercados ensaiasse um aumento da dimensão dos Estados e que se interpretasse a unificação alemã e a unificação italiana como ilustrações desta lei.

Simmel marcou claramente, por outro lado, que esta interpretação realística dos esquemas metacientíficos utilizados pelas ciências sociais e pela história é um dos mecanismos fundamentais que chamamos de ideologia. (Em outra língua, Pareto dirá a mesma coisa). Assim, segundo Simmel, o liberalismo quer que haja uma lei segundo a qual tudo vá necessariamente para o melhor, se o Estado se mantiver de lado, enquanto o socialismo acredita na lei oposta.

Reencontramos nesse ponto um problema delicado, aquele da *validade* dos esquemas metacientíficos dos quais fazem uso constante não somente a filosofia da história, mas a própria história e as ciências sociais. Simmel clarifica o problema, mas oferece uma resposta cuja interpretação é difícil. Sobre o caso das teorias de tipo científico, o problema é simples e sabemos como Simmel o resolve: uma boa teoria é aquela que unifica uma massa importante de dados macroscópicos trazendo-os de volta às causas microscópicas, às motivações individuais cujas interpretações devem ser consideradas convincentes. No caso dos esquemas metacientíficos, a adequação com o real não pode mais servir de critério. Mas, o que é certo, nos diz Simmel, é que há esquemas aceitáveis e esquemas inaceitáveis, esquemas que *soam verdadeiros* e outros que *soam falsos*, “teorias” que sentem a subjetividade e o dogmatismo, e outras que manifestam um respeito pelo real, mesmo que concedam ao real uma imagem estilizada ou transposta. Em um dos extremos, alguns esquemas são uma piada (Witz): vejam, por exemplo, os marxistas que, convencidos que são

do primaz da *infraestrutura* sobre a *superestrutura*, querem fazer do dogma calvinista da predestinação uma consequência da incerteza dos negócios do sistema capitalista: não sabendo se, apesar de seus melhores esforços, vai à falência amanhã, o homem de negócios estaria disposto a acreditar que a vontade de Deus é insondável. Outras “teorias” caem por sua vez na ingenuidade e na inconsistência, como todos aqueles que apresentam visões teleológicas do devir histórico sem ver que, se a *mão invisível* não é a de Deus, ela não tem nenhuma razão para dar à história ou à mudança social um curso regular. Em outros extremos, existem os esquemas que são tidos como viáveis, e que soam mais justos.

Assim, os esquemas de inteligibilidade meta-científicos são de validade e de qualidade muito variáveis. Mas, por qual critério jogar sua validade? Pelos critérios análogos àqueles que utiliza o amante de arte: ele quer que o esquema seja coerente, que soe justo, que exprima uma realidade, que não dê a impressão de simplismo, de subjetivo, que ele atinja a objetividade, que dê o sentimento de tocar o essencial, que não seja percebido como produto da fantasia e da arbitrariedade, que dê a impressão da presença; um pouco como um quadro consegue dar o sentimento de exprimir o modelo naquilo que ele realmente tem de essencial, e então atingir uma *presença* e uma *objetividade* a que a reprodução literal não pode atingir.

Devemos ter cuidado para não interpretar a análise de Simmel neste ponto como testemunho de uma fraqueza em face da tentação clássica do esteticismo. Simmel não nos diz que o objetivo do historiador (do sociólogo etc.) deva ser agradar e tocar ou que a verdade seja uma questão de gosto. Ele especifica, sempre que tem oportunidade, que, pelo contrário, suas comparações com o domínio da arte são apenas analogias, e analogias distantes. De fato, a melhor interpretação desta passagem da análise de Simmel é sem dúvida a seguinte: um dos temas do livro é a ideia kantiana segundo a qual, no domínio da história e das ciências sociais, como naquele das ciências da natureza, o sujeito do conhecimento não chega com a cabeça vazia. Os modernos traduzem esta ideia dizendo que a pesquisa sempre supõe – mesmo no domínio das ciências da natureza –, que ela se inscreve nos paradigmas indemonstráveis e indemonstrados que lhes servem de guia para a fabricação de teorias *stricto sensu*. O jargão varia a esse respeito, e dissemos que, quanto Khun fala de *paradigma*, Lakatos prefere falar de *programa*. Mas estas diferenças não nos interessam aqui. O que há de comum nas expressões modernas é a ideia de que o trabalho científico supõe certas representações gerais, simplificações, mais ou menos embaçadas do mundo. Assim (Lakatos) a ótica cartesiana é fundada em um paradigma metafísico, sobre uma representação do mundo físico, tornando-o análogo aos relógios.

Um dos principais temas de Simmel é que o mesmo acontece nas ciências sociais e história: a metáfora organicista, o paradigma “materialista”, a ideia de progresso, as “leis da história”, etc. são representações indemonstráveis, simplificações parciais, que nos permitem colocar em ordem o conjunto caótico de fenômenos históricos e sociais e que tem, assim, um valor heurístico. A validade dessas representações não pode ser demonstrada como pode ser uma teoria científica *stricto sensu*, mas ela existe: algumas possuem evidências mais *ricas*, mas *abertas*, mais *verdadeiras* que outras. Mas, aqui, a palavra *verdade* não pode ter uma significação lógica. Essas representações são verdadeiras no sentido de que um quadro é *verdadeiro*. Outras, de outro modo, são pobres, *falsos* – no sentido em que dizemos de um poema que soa *falso*. É o caso notadamente – peço emprestado este exemplo a Simmel – da representação que leva a sério a visão de que as ideias, as representações, os comportamentos dos indivíduos seriam produtos mecânicos das estruturas sociais.

Mais uma vez, as “leituras” irracionaisistas de Simmel não me parecem nem interessantes, nem congruentes com a literalidade de um texto que, certamente, nem sempre é desprovido de opacidade. Em todo caso, as ilustrações e as comparações tomadas de empréstimos da estética não justificam de forma alguma a interpretação segundo a qual Simmel teria tido uma concepção estética do conhecimento.

Aproveito esta ocasião para acrescentar que seu interesse por Bergson, como a utilização que faz do conceito de *vida* (*Leben*), não deve mais ser considerada como o sinal que teve uma interpretação irracionalista do conhecimento, do qual não vemos como seria compatível com seu profundo apego a Kant. Quando diz que a vida histórica (*das geschichtliche Leben*) não é, como tal, acessível ao conhecimento, coloca uma ideia kantiana sob uma palavra bergsoniana e quer apenas dizer, lembremo-nos, que em *si mesmo* os fatos históricos representam uma massa heterogênea inassimilável pela compreensão. Interpreta, assim, talvez de forma justa, a *vida*, segundo Bergson, como muito próxima do postulado kantiano.

Quanto às representações gerais que permitem ao historiador colocar ordem ao caos *da vida*, elas encontram a função das *ideias da razão* segundo Kant. Têm uma validade *de tipo* estético, no sentido de que não as pode demonstrar [como] verdadeiras ou falsas. Mas esta validade não é totalmente definida pelo fato de que alguns se aproximariam *da vida* e outros menos: todos são, ao contrário, representações deformadas, obedientes a um *estilo* próprio, de uma realidade que, como tal, não é representável. Da mesma maneira, os bons quadros podem ser muito diferentes uns dos outros e serem todos “verdadeiros, sem que nenhum pretenda reproduzir a *realidade* do modelo, a qual não é, ela mesma, representável. Lembremo-nos que um dos temas dominantes do livro de

Simmel é de que é absurdo querer pintar a realidade histórica ou social de modo estritamente realista (*wie es eigentlich gewesen ist* [maneira como realmente era]).

Dizia no começo que tentaria mostrar a atualidade de Simmel. Naguère, um sociólogo americano¹², que é também um importante filósofo e um historiador das ciências sociais, lançava mão do slogan realista de Leopold von Ranke – cuja própria obra se afasta na realidade, eu o diria, do slogan ao qual seu autor queria colocá-lo –, a quem Simmel ataca aqui. Contra os erros da sociologia da mudança, do desenvolvimento e da modernização, contra a metafísica dos sociólogos, dos políticos e dos economistas, ele propunha um programa: contar a história tal qual é realmente realizada (*wie es eigentlich gewesen ist*). Simmel, sem dúvida, tê-lo-ia aconselhado de não trocar seu caolho por um cego: a pretensão de escrever a história e de descrever o social de maneira realista não é menos tola que aquela de determinar as leis que presidem o devir histórico.

Neste ponto percebemos bem as articulações da teoria de Simmel. Esta teoria, esboçou em outros textos, principalmente em uma página de “*Comment les formes sociales se maintiennent*” [Como as formas sociais se mantêm]. “Para um conhecimento perfeito, deve-se admitir que não existe nada além de indivíduos”. “Para um olhar que penetre na profundidade das coisas, todo fenômeno que parece constituir acima dos indivíduos qualquer unidade nova e independente se resolveria na interação recíproca entre os indivíduos”. Porém, Simmel acrescenta, como no *Problèmes*, que por um lado este ideal que ele acabou de expressar nem sempre é facilmente aplicável e que ele nunca é aplicável *literalmente*, pois, mesmo no caso em que podemos empregar uma metodologia individualista, devemos *reconstruir* a subjetividade dos indivíduos, ou seja, recorrer a uma “psicologia abstrata”, como aquela utilizada nos modelos da teoria econômica.

No caso de não querermos ou não conseguirmos levar a análise até o nível individual, é necessário tratar as *formas* (as estruturas) “*como realidades suficientes a elas mesmas*”. Mas Simmel afirma, também, que o progresso científico na sociologia consiste em trazer de volta às estruturas as ações que elas compõem e as mantêm: “Da mesma maneira que o biólogo foi capaz de substituir a força vital que pareciam plainar sobre os diferentes organismos da ação recíproca de seus últimos, o sociólogo, por sua vez, deve buscar mais e mais atentar-se para os processos particulares que produzem realmente os objetos sociais”. Assim como as *estruturas* dos estruturalistas possuem uma existência independente, as *formas* simmilianas são sempre o produto das ações individuais, mesmo quando é *praticamente* difícil estabelecer as relações entre o nível microscópico e o nível macroscópico.

¹² R. Nisbet. Developmentalism: A critical analysis. in: J. McKinney; E. Tiryakian (red.). *Theoretical sociology, perspectives and developments*. New York: Appleton, 1972. p. 167-217.

A questão seguinte é naturalmente aquela sobre a origem destas representações gerais, desses “paradigmas”, se aceitamos empregar esta palavra moderna, que vai dar *sentido* à história e que inspira a pesquisa histórica. Resposta: os *interesses*. Não “interesses materiais” no sentido simmeliano. Mas, sobretudo, das curiosidades que se despertam em nós sem que possamos decidir sobre fazer-lhes aparecer ou desaparecer. Serei mais curto em meu comentário deste ponto, pois o texto de Simmel é mais fácil aqui.

Basicamente, Simmel procura, nestas páginas, colocar em evidência as formas de nossa sensibilidade que explicariam por sua vez nosso interesse pela história e o fato de que produzimos naturalmente representações metafísicas gerais do devir histórico. Assim, temos um interesse espontâneo tanto pelo *excepcional*, quanto pelo *típico*. É por isso que nós nos interessamos pela vida cotidiana em Roma, por exemplo, mas também pelo César. Mais profundamente, quando o interesse pelo excepcional domina, tendemos a uma metafísica em que a história aparece conduzida por acidentes. Ao inverso, quando o interesse pelo típico domina, os acidentes são absorvidos e a história torna-se filha da necessidade. Tanto as visões accidentalistas como as visões necessitaristas da história são ambas claramente de metafísica. Porém, segundo Simmel, a metafísica fez aparecer somente, como em estado puro, as tendências que sempre estão mais ou menos presentes na história, mesmo naquela totalmente livre da metafísica e que pretende descrever o passado “como ele efetivamente foi”.

Nas páginas particularmente brilhantes, Simmel introduz uma outra oposição: nós podemos nos interessar por algo porque esse algo tem um “conteúdo” interessante, ou simplesmente porque existe. Assim, nós nos interessamos pelos eventos relacionados ao nosso dia a dia porque eles são *atuais* e não porque seu conteúdo é interessante. Tal *fait divers* interessa-nos pois acabou de acontecer. Mas não há nenhum interesse em si e é semelhante aos que ocorrem todos os dias. Além disso, seria suficiente que lêssemos nosso diário com um dia de atraso para que nos inspirasse um tédio mortal, enquanto, no mesmo dia, o aguardamos com uma espécie de gula. O fato de termos um interesse natural pela atualidade *enquanto atualidade* faz com que, quando esta atualidade cai no passado, torne-se objeto de uma filtragem brutal.

Essa filtragem ocorre indiscriminadamente com os atores, ideias, eventos. Quanto aos filtros, são precisamente essas representações gerais, esses paradigmas questionados acima que atuam. Quando estas representações gerais são devolvidas ao estado puro, são apresentadas de maneira metódica e sistemática, caem sob a *filosofia da história* ou, para empregar a expressão de Simmel, para efeito de precisão, usa, em vez disso, no final do livro, a metafísica da história (*Metaphysik der Geschichte*). Mas elas são apresentadas, de modo mais comum, oculto e implícito, na história e nas

ciências sociais, mesmo quando aquelas se sentem livres de todo o preconceito metafísico: elas constituem, então, os filtros invisíveis pelos quais o historiador ou o sociólogo decide que tal fato, tal evento, tal ideia, tal personalidade, tal obra são *interessantes* ou *importantes* (*bedeutend*), ou que não são. Elas são, para empregar uma metáfora que Simmel estimava, os espelhos deformados que servem para produzir uma imagem da realidade que, de um lado é estritamente dependente da realidade por seu conteúdo e que, por outro lado, dão à essa mesma realidade uma representação cuja forma depende estritamente das propriedades do espelho.

A ideia de progresso é, por exemplo, uma dessas representações metacientíficas. No momento em que é desenvolvida no estado puro, dá luz a metafísicas evolucionistas. Mas ela podem servir também para dar uma “coloração” especial às análises de algum historiador ou sociólogo que jura, no entanto – e crê sem dúvida –, nos apresentar o passado “tal qual é efetivamente desenvolvido”.

Claramente, a ideia de progresso não é apenas um exemplo. Existem muitos tipos de filtros. A ideia de progresso pode tomar as formas mais diversas; alguns, vendo, por exemplo, na coletivização, outros na individualização o objetivo pelo qual se atingiria o progresso. Mas o que é certo é que se trata de uma *ideia* e não de uma propriedade da realidade. A prova é que podemos muito bem escrever a *mesma* história usando espelhos caracterizados por outros “coeficientes de reflexão”.

Antes de abordar o último ponto sobre o qual desejaria apresentar algumas observações, aquela da crítica que Simmel apresenta ao marxismo, gostaria de introduzir entre parênteses algumas palavras sobre a noção simmiliana de *forma*. O que Simmel diz neste livro, em que ele a utiliza com frequência particular, permite-nos compreender plenamente o que diz sobre a forma em outro lugar.

O que se deve ver primeiro é que isso não é de maneira alguma, ao contrário do que às vezes se sugere, uma noção encantatória. Simmel é um filósofo – e um sociólogo – de estilo analítico: não hesita em basear suas propostas em longas manifestações; como Kant, ele multiplica as experiências mentais que analisa em detalhes.

Simmel pretende abordar a palavra *forma* no sentido kantiano. Assim, as representações metafísicas que se questionou acima são as *formas* e, como as formas kantianas, elas permitem “estruturar” o real. Aqui, é o caos e a *vida histórica* (*das geschichtliche Leben*) que se encontram colocados em *forma* por essas representações das quais Simmel não busca elaborar uma lista e que, sem dúvida, não considerava como finalizada.

A palavra forma designa, em segundo lugar, como já tive oportunidade de sugerir, o que preferiríamos chamar em nosso jargão moderno de efeitos *estruturais* produzidos pela agregação de

comportamentos individuais. Quando os indivíduos se informam uns com os outros, eles produzem um processo de *estrutura* logística. Simmel falaria de *forma* onde falamos de *estrutura*. Da mesma maneira, os indivíduos que convivem uns com os outros durante um tempo, que ajustam progressivamente seus comportamentos uns aos outros, sem saber terminam por desenvolver um código de educação. Este outro efeito de agregação – falamos portanto de efeito *emergente* –, Simmel qualifica de *forma*. Os economistas mostraram que a agregação da ação independente produz certas regularidades macroscópicas (por exemplo os ciclos de negócios, equilíbrio de preços) e Simmel claramente viu que estas ideias poderiam ser aplicadas também à sociologia. Para rever rapidamente um exemplo precedente: em uma *seita* recém-nascida, um fenômeno de isolamento progressivo em relação ao mundo exterior deve se produzir até que um ponto seja atingido, tal que a moral particularista do grupo o proteja suficientemente, sem expô-lo ao risco de intervenção brutal da sociedade externa. Este ponto de equilíbrio, que resulta não de uma decisão consciente, mas da agregação de comportamentos, é então uma *forma*. As formas têm um lugar importante na sociologia de Simmel precisamente porque, por ela, analisar uma estrutura macroscópica é torná-la um efeito de agregação. De todo modo, o projeto que indica a expressão de “sociologia formal” é claramente este: analisar as estruturas macroscópicas à maneira dos economistas, como os efeitos de agregação. Ele diz isso muito claramente no *Problèmes*: os códigos de educação, os estilos artísticos são engendrados por uma multitude de comportamentos que terminam por provocar a aparição desses pontos de equilíbrio provisórios que são, por exemplo, as regras de educação em um determinado momento.

É preciso lembrar-se que, muitas vezes, é difícil de encontrar a casualidade responsável pelas *formas* e que devemos, então, considerá-las como realidades autossuficientes. Mas, como tal atitude é justificada em certos casos, assim, portanto, é ilegítimo dar-lhe validade geral. É por isso que Simmel fala de sociologia “formal”, mas não de sociologia “formista”. Assim, a história da arte pode legitimamente esquecer a causalidade elementar responsável por falar como Elie Faure, da “vida das formas”. Mas, uma tal atitude será, por sua vez, ilegítima e esterilizante em outras áreas, como a da história política ou da sociologia econômica.

O único risco de confusão resulta, portanto, de que Simmel emprega a palavra *forma* em dois sentidos distintos, mas em ambos os casos muito específicos. Ele também discute longamente como sua noção de forma (no primeiro sentido) difere daquela de Kant.

É interessante notar, aliás, que um eminente sociólogo, que nutria grande hostilidade ao lugar da “sociologia formal” de Simmel percebeu, ao mesmo tempo, com perfeita clareza a natureza de seu projeto. Trata-se de E. Durkheim: “a velha economia política reclamava para ela [como Simmel] o direito à abstração”, o direito de construir modelos formais, de levantar teorias abstendo-se de dados

datados e situados.¹³ Esta maneira de pensar, que remetia a sua filosofia das Luzes, não poderia agradar a Durkheim: [nada mais] *metafísico* que tudo isso, decretou. É que, na França, a *ruptura* comtiana tivera maior impacto, enquanto poupava a Alemanha, ainda mais do que a Inglaterra. É por isso que o método dos modelos e do individualismo metodológico, que teria tido um grande lugar na filosofia das Luzes, estão muito presentes em Simmel, bem como em Weber, ainda que ambos sejam condenados por Durkheim.

O livro de Simmel termina com uma discussão sobre o marxismo. Ele considera o marxismo como um *exemplo*, permitindo-lhe testar sua teoria epistemológica. Aqui, ainda, o estilo se quer rigorosamente analítico: as paixões e os sentimentos do próprio autor são apurados e ele pretende confrontar friamente e metodicamente as pretensões do materialismo histórico com a teoria que procura desenvolver.

Importa salientar primeiro que Simmel evita a palavra *marxismo* e fala sempre de “materialismo histórico”. Isso porque ele não deseja discutir propriamente a doutrina marxista, que de forma alguma é seu objeto, mas apenas seus princípios e sua interpretação. Primeiramente, Simmel dirige a Marx um grande elogio. Como eu já havia dito, ele fala da grandeza (*Grösse*), da importância (*Bedeutung*) do materialismo histórico. Simmel tira o chapéu para Marx, porque ele foi o primeiro a propor um paradigma – emprego aqui propositalmente um jargão moderno – de eficácia e fecundidade notáveis: este paradigma consiste em interpretar as transformações históricas a partir de uma axiomática simultaneamente individualista e utilitarista. Em suma, Simmel felicita Marx por ter cometido o que, para muitos marxistas modernos, é uma espécie de pecado contra o espírito, pois Simmel não parece duvidar nenhum instante do caráter utilitarista (materialista) e individualista da metodologia de Marx. Para não entrar em uma discussão difícil, direi que ele me parece ter razão e que não está sozinho em sua opinião. Tratando-se de Marx. Pois o marxismo, por outro lado, é um albergue espanhol.

Por esta combinação entre utilitarismo e individualismo, Marx – sempre segundo Simmel – desenvolveu um paradigma com um grande valor heurístico, permitiu um olhar inédito sobre muitos fenômenos. Colocando por princípio que os homens são movidos por “interesses materiais”, criava por definição uma situação de análise em que os comportamentos dos autores poderiam ser facilmente antecipados: quando algum, segundo sua condição, agia – ou pelo menos deveria agir – em função de seus interesses mais grosseiros, o comportamento de cada “grupo de interesse” ou de cada classe pode ser facilmente reconstituída: a história gira quase sozinha. O conjunto do devir histórico pode

¹³ E. Durkheim. *Text*. Paris: Ed. de Minuit, 1975, vol 1 : *Eléments d’une théorie sociale*, p. 16, presentation de Victor Karady.

então ser apreendido de uma só vez; e, para usar o jargão moderno novamente, podemos substituir (aparentemente) as explicações *teleônicas* por explicações *teleológicas*. Portanto, não há dúvida, de acordo com Simmel, que o materialismo histórico representa uma inovação intelectual como poucas.

O que é inaceitável não é, portanto, segundo Simmel, propriamente o materialismo histórico, mas é o *status epistemológico* que Marx quis dar a ele e que, além disso, teve grande sucesso. Os marxistas querem que o materialismo histórico seja verdade, os não-marxistas querem que seja falso. Os dois campos estão no erro. Ao menos, eles estão alheios ao assunto, explica-nos Simmel. Eles não veem que o materialismo histórico não é uma *teoria* cujas proposições devam ser interpretadas de maneira realista e que descrevem o mundo e os homens tal qual eles são; ele é, como nos diria nossa linguagem moderna, um *modelo*.

Já tínhamos encontrado essa discussão absolutamente essencial - cujo significado, como vemos, não é apenas filosófico ou epistemológico, mas político e histórico – a respeito de um caso mais simples: no caso dos sistemas políticos de dois partidos, um *modelo* nos diz que cada partido exercerá o poder com moderação. Mas, acrescenta Simmel, será perigoso levar esse modelo ao pé da letra e interpretá-lo de maneira *realista*. Na realidade, os atores podem, de fato, estimar que é do seu interesse aproveitar sua passagem pelo poder para servir-se, ou para poupar o adversário. O modelo clássico da teoria política ao qual Simmel referencia aqui evidentemente é precioso: permite compreender por que, nos sistemas de dois partidos, o poder *pode* ser exercido, e *é as vezes* exercido, com moderação. Não permite concluir – o que seria contrário à observação mais evidente – que em tal sistema o poder *não pode* ser exercido apenas com moderação. Se interpretarmos as primeiras proposições do modelo de maneira *realista*, se virmos aí descrições do comportamento dos atores como eles são, o ouro se transforma em chumbo: o modelo interessante se torna uma teoria falsa.

Ocorre o mesmo com o materialismo histórico: se tomarmos seus princípios ao pé da letra, eles se transformam em uma teoria falsa e perigosa. É bastante interessante desenvolver modelos que implementam uma axiomática *utilitarista*: eles são muito poderosos; eles permitem construir longas cadeias de consequências. Têm, portanto, um grande poder explicativo: permitem clarificar muitos fenômenos que são opacos para a mente. Mas, ao mesmo tempo, importa ver que – como qualquer outro tipo de modelo – eles brutalizam a realidade. Lembremo-nos de fato que, para Simmel, não existe uma *representação realista* da realidade; as duas palavras são contraditórias: isso resulta do fato de que a realidade crua é muito complexa para ser, como tal, compreendida pelo espírito.

Observo aqui, aliás, que o último modo na questão de teoria do conhecimento – a teoria da complexidade – acabara batendo na conclusão simples de Simmel de que o complexo é aquilo sobre

o qual não pode haver representação: assim, ele teria, sem dúvida, entendido a própria noção de *teoria da complexidade* como contraditória.

Em suma, a axiomática utilitarista de Marx é muito poderosa, nos diz Simmel: ela oferece uma interpretação satisfatória de muitos fenômenos. Mas será insensato crer que tudo pode ser interpretado com a ajuda de uma tal axiomática.

Para impor uma interpretação realista de seu modelo, Marx não se esquivou dos sofismas mais grosseiros; e acontece que essas falácias funcionaram bem. É evidente que com Hegel, a filosofia andou de cabeça para baixo e as *ideias* não governaram o mundo por conta própria. Mas daí a tirar a dupla conclusão de que, por um lado, as ideias são sempre emanações de estruturas e que, por outro lado, as ideias enquanto tais não têm influência no mundo sob o pretexto de que um evento físico é sempre o efeito de outro evento físico, é para divertir.

Como estes sofismas podem ser absolvidos, questiona-se Simmel? Como o materialismo histórico pôde se impor? A primeira razão reside no poder do modelo. A segunda na epistemologia *realista* reinante e na incapacidade de muitos para compreender que um sistema de proposições pode constituir um instrumento poderoso de compreensão de tal ou tal categoria de fenômenos sem representar, entretanto, uma representação realista desses fenômenos.

A terceira reside na ligação entre o socialismo e o marxismo e no sucesso da ideia socialista. Este sucesso provém da difusão das paixões igualitárias. À estas paixões, dificilmente apresentáveis em estado natural, o materialismo histórico forneceu uma legitimação e uma expressão sublimada. Só pode haver nivelamento (*Nivellierung*) em matéria econômica; os homens só podem ser *iguais* entre si se forem entendidos como sendo movidos exclusivamente por "interesses materiais". Os políticos preocupados em flertar com paixões igualitárias, só podem ser, portanto, seduzidos pelo materialismo histórico que, precisamente, apresenta o homem movido por "interesses materiais".

Aí está o porquê uma ideia – a ideia segundo a qual as ideias não têm influência no curso da história – parecia a Simmel chamada a exercer uma influência considerável sobre ele.

Este livro de Simmel não é, atualmente, o mais conhecido deste autor. Mas ele próprio deu-lhe uma grande importância. Dedicou a primeira edição a sua mãe. Remodelou consideravelmente da primeira à terceira edição. Retomou os temas nas duas exposições¹⁴ que foram publicadas em 1916 e em 1918, pouco antes de sua morte. Refletira, portanto, durante um quarto de século sobre os problemas que tratou aqui. Em relação à obra de Simmel, este livro me parece ter uma importância

¹⁴ Das Problem der historischen Zeit, *Philosophische Vorträge*, nº12. Berlin: von Reuther & Reichard, 1916; Vom Wesen des historischen Verstehens, *Geschichtliche abende*, nº 5. Berlin Mittler, 1916

particular. Permite compreender por que o mesmo homem tratou de Schopenhauer, de Kant e da *Philosophie de l'argent* [Filosofia do dinheiro], ou de observar melhor o sentido do importante projeto intelectual – ainda bem vivo hoje – que representa a “sociologia formal”.

Simmel está sendo redescoberto hoje pelo *methode [de] l'artichaut*. Tanto Parsons quanto Merton sempre estiveram convencidos da importância de sua sociologia. Lewis Coser¹⁵ enfatizou admiravelmente a importância dos escritos de Simmel sobre os conflitos sociais. T. Caplow¹⁶ retomou e sistematizou alguns modelos de sua sociologia “formal”. Anteriormente, Bouglé, depois R. Aron, havia insistido na importância de sua crítica à filosofia da história. Recentemente, economistas pediram a outros economistas, eu diria, para que fosse reconhecida a importância de sua contribuição para a teoria da moeda.

É preciso dizer que não é fácil obter uma visão de conjunto da obra de Simmel e que seus interesses intelectuais variam. Ernst Troeltsch¹⁷, este pastor discípulo de Max Weber que se tornaria subsecretário de Estado no governo prussiano, foi contestado quando decidiu lhe perguntar sobre sua concepção de sociologia: Simmel respondeu que a sociologia não o interessava mais. Mas o *Problèmes* seja talvez, para usar uma metáfora do tipo simmeliano, o espelho parabólico pelo qual compreendemos melhor toda a obra.

Este livro me parece, diria, não ter somente um interesse arqueológico. Não é somente um testemunho de um debate que mexera com certos setores do meio universitário alemão no final do século XIX. Não é somente um espelho em que se reflete uma obra importante e diversa. Ele levanta questões que concernem diretamente às ciências sociais de hoje e as respostas que dá me parecem ir frequentemente tão longe e às vezes mais longe do que muitas teorias contemporâneas. Na análise sutil e precisa que ele esboça das relações entre a metafísica e a ciência, reconhecemos o *terceiro mundo* de Popper. As ideias dos teóricos da “complexidade” estão presentes aqui – em outros termos. As noções de paradigma, de modelo, a necessidade de distinguir teoria e modelo, todas essas ideias e todos esses conceitos cuja importância começa a ser percebida hoje aparecem muito claramente em Simmel. E ele levantou dois problemas cruciais e mal explorados: aquele da relação entre conhecimento e interesses e aquele outro do caráter inevitavelmente circular do conhecimento sobre certos assuntos. Em suma, é um “estudo epistemológico”, um estudo da teoria do conhecimento (*eine erkenntnistheoretische Studie*) que temos aqui. E para aqueles que acreditam que a teoria do conhecimento é uma atividade obscura que não concerne senão aos especialistas, Simmel nos diz,

¹⁵ L. Coseriu. *Les fonctions du conflit social*. Paris : PUF, coll. « Sociologies », 1982.

¹⁶ T. Caplow. *Deux contre un: les coalitions dans les triades*. Paris: Armand Colin, 1971.

¹⁷ E. Troeltsch. *Der Historismus und seine Probleme. Erstes Buch: das logische Problem der Geschichtsphilosophie*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1922.

voltando repetidamente e concluindo sobre o marxismo, que ela pode ter considerável influência política. Se o estatuto epistemológico do materialismo histórico fosse bem percebido, se víssemos que é um modelo e não uma teoria, poderíamos reconhecer a força do modelo, mas não haveria marxistas.

Esta questão do *realismo* que coloca Simmel parece-me de todo modo mais essencial hoje do que nunca. Indiquei o porquê: com as atividades dos sociólogos, dos economistas etc. agora colocada sob o manto institucional da ciência, o realismo é mais ameaçador do que nunca: este modelo que vos proponho vos diz o que é *realmente a realidade: wie es eigentlich gewesen ist*. Os teóricos da *dependência* creem duramente no efeito da divisão internacional do trabalho sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, sem notar que a noção de dependência designa um modelo que torna inteligível *alguns* fenômenos, mas que não pode almejar à universalidade. Se quisermos escrever a história contemporânea “sob a categoria” da teoria da dependência, é necessário, então, saber que o faremos da *metafísica*.

Nos anos 50, 60 e 70, a vida intelectual em geral e as ciências sociais em particular foram marcadas pelo dogmatismo. Atualmente, o tom é o ceticismo. A última moda em matéria de teoria do conhecimento é o famoso slogan de Feyerabend: *anything goes*: nenhuma distinção entre as teorias científicas e os contos de fada; pouco importa o que disserem, desde que o digam bem. O próprio Feyerabend é um filósofo muito prevenido para acreditar literalmente neste slogan; mas sempre há devotos para interpretar literalmente as palavras do profeta.

Contra o dogmatismo e o ceticismo, Simmel ilustra aqui, de maneira exemplar, uma terceira atitude: o relativismo, que consiste em sempre se esforçar, mesmo quando requer um esforço árduo, para chamar de gato um gato: saibamos distinguir o que é metafísico ou ideológico e o que é científico; saibamos também marcar os limites do conhecimento científico, reconhecer a existência do incognoscível e deixá-lo em seu *lugar*. E já que se trata de gatos, reconheçamos também, com a sabedoria popular, que *é somente à noite* que todos os gatos são pardos: não é por acaso que Simmel concluiu o seu livro por um final em que especifica que sua teoria do conhecimento não implica nenhum ceticismo.

Por definição, o relativismo é uma atitude que não admite devoção. Isso limita seu poder de difusão.

Procurei sugerir que as reflexões filosóficas de Simmel – por mais abstratas que possam parecer – pudessem se aplicar às pesquisas e às reflexões mais modernas e mais concretas das ciências sociais. Na realidade, se me permitem esta referência pessoal, é refletindo sobre a imensa literatura

dedicada desde a guerra à mudança social, à modernização, ao desenvolvimento socioeconômico que encontrei este livro de Simmel. (Espero que esta simpatia – no sentido etimológico – não me distraia em minha interpretação: sendo uma tradução - espero que não seja muito imperfeita - o leitor pode em qualquer caso julgar por si mesmo). Reagindo contra os dogmatismos de tipo marxista, culturalista, funcionalista, etc., Nisbet teria retomado, como já disse, o velho slogan de Leopold von Ranke: chega de brincadeira, escrevamos a história, descrevamos a mudança social *wie es eigentlich gewesen ist* [como realmente foi]. Mas todo o dogmatismo pretende se apoiar nas descrições *realistas*. O problema não é, então, reenviar os dogmatismos de volta à maneira cética, mas sim discernir os limites de validade de uma tal teoria, distinguir o mais claramente possível entre paradigma, teoria ou modelo. Observar que dois *modelos* contraditórios entre eles podem coexistir em paz, mas que uma tal coabitação é difícil organizar em *teorias*. Em uma palavra, tenho a impressão de que os debates fundamentais e as confrontações teóricas que recheiam a literatura sobre a mudança social, o desenvolvimento, etc. repousam sobre as confusões *epistemológicas* e que as incertezas das ciências sociais abrangem a filosofia das ciências. É o que procurei dizer no *La place du désordre* [O lugar da desordem].

O dogmatismo, como Simmel mostra admiravelmente a respeito de Marx, nasce geralmente de uma confusão – falsamente ou de boa-fé – sobre o status epistemológico das teorias. É por isso que a filosofia do conhecimento não é uma disciplina sem influência, sobretudo quando se refere ao conhecimento do social.

Não quis comparar metodicamente a interpretação que propus aqui do *Problèmes* e dos conceitos centrais de Simmel (forma, sociologia formal, etc.) a outras interpretações que delas tenham sido dadas. Para fazer um resumo, dizemos que existem, a meu ver, quatro interpretações típicas. A primeira vê Simmel como um atomista; parece-me contradizer a própria noção de *forma*. A segunda tende a isolar a noção de forma e fazer de Simmel um tipo de estruturalista; parece-me contradizer a afirmação essencial do *Problèmes* segundo a qual as ciências sociais e históricas são das ciências da *psique*. A terceira vê no conceito de *forma* uma noção encantatória, indefinível, evasivo: outra tal interpretação que me parece destituída de interesse, ela parece contraditória com a filiação neo-kantiana que Simmel reivindica constantemente. A quarta interpretação é aquela que propus aqui. Parece-me a que melhor mantém junto os diferentes elementos da epistemologia simmiliana. Ela permite compreender que Weber afirmara se reconhecer nesta epistemologia e que Schumpeter assinalara a importância; ela é congruente com a interpretação que Durkheim esboçou (para a condenar).

Apesar de seu tamanho, esta introdução não testemunha senão incompletamente a riqueza de um texto sinuoso, frequentemente digressivo e de difícil resumo. Conforme as próprias indicações de Simmel, é impossível reconstruir o pensamento de um autor sem adotar-se um *ponto de vista* sobre este pensamento. Este ponto de vista tende a acentuar alguns aspectos e apagar outros, enquanto evita-se a arbitrariedade. No caso do *Problèmes*, esta formatação é indispensável para que a obra seja composta de três camadas sedimentares. Pois, embora seu pensamento tenha se aprofundado e, sobre este ou aquele ponto, modificado da primeira para a terceira edição, Simmel muito raramente amputou seu texto primitivo.

Mas, o que é certo, é que, no *Problèmes*, ele coloca questões epistemológicas essenciais que interessam diretamente às ciências humanas atuais. E será, a meu ver, de maior interesse para a consolidação destas disciplinas que as respostas que ele esboça aqui como pontilhadas sejam meditadas, aprofundadas e tornem-se mais analíticas.

Raymond Boudon

REFERÊNCIAS

ARON, R. *La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire*, Paris, Vrin, 1964 (1ª ed. 1938).

BOUDON, R. *La place du désordre*. Paris : Puf, coll. Sociologies, 1984.

BOUDON, R. *O relativismo*. São Paulo : Edições Loyola, 2010

CAPLOW, T. *Deux contre un: les coalitions dans les triades*. Paris: Armand Colin, 1971.

CLOSER, L. *Les fonctions du conflit social*. Paris : PUF, coll. « Sociologies », 1982.

DURKHEIM, E. *Text*. Paris: Ed. de Minuit, vol 1, 1975.

ELRIDGE, J. E. T. (red.), *Max Weber: the interpretation of social reality*, Londres, M. Joseph, 1970.

FRANCK, G. *Dependet accumulation and under development*. New York: Monthly Review Press, 1979.

FRANCK, G. *Le développement du sous-développement*. Paris, Maspero, 1972.

HEMPEL, C.. *Aspects of scientific explanation and other essays en the philosophy of science*. New York: Free Press / London: Collier; Macmillan, 1965.

LAIDLER, D.; ROWE, N. L'apport de Georg Simmel à la théorie moderne de la monnaie, *Problèmes économiques*, II mars, nº 1714, 1981.

MEMOIRES DE L'ACADEMIE DES SCIENCES MORALES ET POLITIQUES DE L'INSTITUT DE FRANCE. França: n.p., 1888.

NISBET, R. Developmentalism: A critical analysis. in: MCKINNEY, J.; TIRYAKIAN, E. (red.). *Theoretical sociology, perspectives and developments*. New York: Appleton, 1972.

RANKE, L. von. *Neun Bücher Preußischer Geschichte*. Veit, 1847.

SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. Londres: Oxford University Press, 1954, 1972.

SIMMEL, G. Das Problem der historischen Zeit, *Philosophische Vorträge*, nº12. Berlin: von Reuther & Reichard, 1916.

SIMMEL, G. *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*. Paris : Presses Universitaires de France, 1984.

SIMMEL, G. *Sociologie et Epistémologie*. chap: “La différenciation sociale”. Paris: PUF, coll. « Sociologies », 1981.

SIMMEL, G. Vom Wesen des historischen Verstehens, *Geschichtliche abende*, nº 5. Berlin Mittler, 1916.

TROCLTFTCH, E. *Der Historismus und seine Problème. Erstes Buch: das logidche Problem der Geschichtsphilosophie*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1922.

WATKINS. J. Ideal types and historical explanation, in FEIGL, H.; BRODBECK, M. *Readings in the philosophy of science*, New York, Appleton, 1953.